

## TRÊS DIOCESES POMBALINAS

Castelo Branco — Penafiel — Pinhel

Nos primeiros fervores da expulsão dos Padres da Companhia de Jesus, o Marquês de Pombal propôs-se renovar, de raiz, a vida religiosa da Nação. Efectivamente, «a infausta dominação de duzentos anos, em que os chamados Jesuítas oprimiram estes reinos, deixou neles inteiramente arruinados a monarquia e a Igreja». A ruína fora tão profunda, tão vasta, tão desastrosa, atingira tão radicalmente a alma e as instituições sociais do País, que se impunha ao zeloso e patriótico ministro começar pelos alicerces a sua impreterível e indispensável reforma: «de sorte que foi necessário a Sua Majestade fundar de novo a primeira (a monarquia) e reedificar a segunda (a Igreja), à custa de sucessivos trabalhos, que excederam os que os primeiros Reis de Portugal haviam tido na expulsão dos Mouros» (1).

A empresa era realmente de tomo. A expulsão dos Jesuítas constituiria o fundamento, a base, os alicerces da «reedificação» da Igreja em Portugal, exactamente como a expulsão da moirama durante a primeira dinastia fora o fundamento, a base, o alicerce da primeira monarquia. Pombal estabelece assim um perfeito paralelismo entre a sua acção de estadista e as façanhas de um D. Afonso Henriques na conquista e reconquista do solo da pátria.

Afirmam historiadores, tidos por avisados e objectivos, que

---

(1) *Collecção dos Negocios de Roma*, Lisboa, 1874, Parte III, p. 259-260. Trata-se da Instrução enviada ao ministro plenipotenciário em Roma, Francisco de Almada e Mendonça, primo do Marquês de Pombal, com a data de 28 de Abril de 1770.

a expulsão dos Padres da Companhia desferiu um golpe mortal no prestígio de Portugal no Mundo, particularmente no mundo oriental, nas terras confiadas ao seu zelo missionário, golpe de que nunca mais nos refizemos, quer no aspecto missionário quer no aspecto político. Mas quem conhece a verdade dos factos, de «ciência certa», por fora e por dentro, é o Marquês de Pombal. É verdadeiramente instrutiva a Instrução enviada ao comendador Almada, seu digno representante junto do Vaticano.

«Prescindindo porém do que pertence à monarquia — continua Pombal — porque necessitaria de alguns volumes o que o dito Senhor tem nela obrado; e deixando também à parte, no que pertence à mesma Igreja, a relação de todas as desordens, relações e escândalos que nela se acumularam, porque necessitaria também de outros grossos volumes; é preciso que me reduza aqui sòmente a expor o que tem constituído mais urgentes necessidades de providências de Sua Santidade e de Sua Majestade, ordenadas de acordo recíproco e comum» (2).

Seria, de facto, necessária uma Biblioteca para guardar em letra de forma tudo quanto o insigne patriota «obrou» no que pertence à monarquia, e principalmente todas as relaxações e escândalos, as ingentes montanhas de lixo que na Igreja se acumularam durante os duzentos anos da «infausta dominação» dos «impròpriamente» chamados Jesuítas.

Detenhamo-nos simplesmente neste pormenor, para o qual o primeiro ministro de D. José I chama a nossa distraída atenção:

«Entre os maquiavélicos e detestáveis estratagemas que os mesmos chamados Jesuítas maquinaram para os seus ruinosos e abomináveis fins [...] foi um o de proverem os bispados em Eclesiásticos sem letras nem virtudes, filhos segundos e terceiros» de famílias nobres com eles coligadas, para assim se tornarem mais poderosas (3). E aí estava a Igreja posta ao serviço da aristocracia, «desautorizando e expilando a Coroa», transportando para a nobreza «toda a autoridade, todos os cabedais, e por necessária consequência todas as forças do reino».

O estratagema era realmente detestável e maquiavélico, quer do ponto de vista político como do ponto de vista religioso. Mas o mal era ainda mais profundo e a pena do estadista vai escal-

---

(2) *L. cit.*, p. 259.

(3) *L. cit.*, p. 259.

pelizá-lo nos seus mais esconsos meandros. Além da desastrada escolha dos bispos, os Jesuítas tinham cavado ainda mais detestável e maquiavêlicamente os fundamentos da Igreja, pondo o seu veto onipotente à criação de novos bispados.

«Foi outro [maquiavélico e detestável estratagema] o de impedirem as necessárias e úteis divisões que se iam fazendo dos primitivos bispados, que havendo-se estabelecido necessariamente desde os princípios do reino em territórios de grande e desmedida extensão, quando as terras deles eram desertas, consistentes em matos, tinham passado com o decurso do tempo e com as muitas e grandes povoações que nellas se fundaram, a serem regidas pelos seus respectivos Pastores; e foi outro o de deixarem nestas circunstâncias, na maior parte dos bispados destes reinos, morbosas e desamparadas as ovelhas do rebanho de Cristo, sem que os seus Pastores ou pudessem conhecê-las, ou pudessem ser delas conhecidos» (4).

Razões mais que honestas, de absoluta necessidade. Era necessário que as «morbosas e desamparadas ovelhas do rebanho de Cristo» fossem amparadas e guiadas pelos cajados dos pastores; era necessário reduzir o pastio ao rebanho fazendo novos arranjos na distribuição dos terrenos. E por isso mesmo D. José procurava agora «obviar a esta grande calamidade espiritual e temporal [...] reduzindo as dioceses a territórios justos e competentes [...] e não fazendo as nomeações [dos prelados] pelas árvores genealógicas dos nomeados, mas sim pelas virtudes e pelas letras deles» (5).

Assim expunha o primeiro ministro de D. José I, em 28 de Abril de 1770, as suas intenções reformadoras da Igreja Portuguesa, finalmente liberta dos «maquiavélicos e detestáveis estratagemas» dos «chamados» Jesuítas e da aristocracia com eles mancomunada. A Igreja estava finalmente salva graças às «providências» enérgicas que iam ser tomadas.

A alma destas providências foi, naturalmente, o Marquês de Pombal. O primeiro ministro abriu um mapa da metrópole e, de lápis vermelho na mão robusta, foi demarcando novas divisões e desmembrações, começando pelo Norte com Bragança, indo a Arrifana de Sousa, voltando a Pinhel, descendo a Castelo Branco

---

(4) *L. cit.*, p. 259.

(5) *L. cit.*, p. 259.

e a Beja, subindo às planuras da ria de Aveiro. Assim se criariam seis novas dioceses: Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Penafiel e Pinhel.

Bragança teve já os seus historiadores no Abade de Baçal e em Mons. José de Castro, Aveiro será objecto de estudo particular, atraindo agora a nossa atenção as três dioceses de Castelo Branco, Penafiel e Pinhel.

### ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

O clima político em que germinaram as dioceses pombalinas já fazia prever, apesar da motivação apresentada na Instrução ao ministro Almada — ou por isso mesmo — que não seria reforma de longa vida. Aquelas dioceses que surgiram apenas por necessidades da política anti-jesuítica morreram logo à nascença; outras tiveram vida efémera; sobreviveram somente duas às vicissitudes dos tempos: Bragança, com o arranjo de Pio VI, de 27 de Setembro de 1780, e Beja, que viria a resistir à própria bula *Gravissimum Christi*, de 30 de Setembro de 1881, que por imposições políticas — ainda e sempre a política — suprimiria as dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, sinal de que só a vasta diocese alentejana tinha condições de vida e correspondia a uma verdadeira necessidade.

Ao contrário do que geralmente se pensa, o Marquês de Pombal gozava em Roma de uma estima ou ascendente, de certo explicável por circunstâncias várias, mas que não deixam de nos impressionar. A correspondência diplomática da Nunciatura de Portugal, desta como de qualquer época da história política e eclesiástica do País, é uma fonte de informações, não só de primeira ordem, mas absolutamente única. Apesar de um ou outro estudioso a ter já compulsado, pode dizer-se desconhecida. E imerecidamente.

Apenas para que o leitor faça uma pálida ideia do ineditismo e da vida que ressumbram naturalmente desta correspondência, aqui ficam alguns exemplos. Monsenhor Inocêncio Conti, arcebispo de Tiro e Núncio em Portugal, escreve ao Cardeal Pallavicini, Secretário de Estado de Clemente XIII:

«In questi giorni non vi è stata novità sù la salute del Signor Marchese di Pombal. Il suo male di risipella alle gambe fà il suo

corso, e tuttora si trova assai migliorato, di maniera che potrebbe anche questo lasciare il letto» (6).

«È stato assai sollecito il miglioramento che in questi giorni hà provato il Signor Marchese di Pombal. La risipella hà terminato il suo corso, e gli incomodi di stomaco sono quasi affatto svaniti, di maniera che sin da jeri cominciò ad uscir di Casa e solo gli resta il fastidio di doversi contentare di un alimento scarso di pesce, unico nutrimento proporzionato all'infiacchite fibre» (7).

«Il Signor Marchese di Pombal perfettamente ristabilito, e costantemente deciso a procurarsi qualche giorno di sollievo alla campagna, era già fissato nel suo delizioso disporto della Gran-  
cia, ma disturbato, ed annojato dalla frequenza de complimenti, hà cambiato la stanza, bench'io creda, che non abbia punto migliorato sull'articolo della libertà. Si è dunque trasferito in Oeyras, feudo di sua Casa, e sinora non si può penetrare quando possa restituirsi alla Capitale» (8).

«Il Signor Marchese di Pombal è in ottimo stato di salute, e presentemente non hà forse più intenzione di trattenersi fuori di Lisbona a disporto, trovandosi bastantemente contento, e soddisfatto del beneficio riportatone sino a quest'ora» (9).

Passados meses, em 28 de Janeiro de 1772, nova rubrica: «In questi giorni è stato leggermente incomodato il Signor Marchese di Pombal. Tutto il suo incomodo consisteva nel solito travaglio d'immatura digestione. Ora però già conta in regola il recuperato equilibrio, ed assai presto potrà augurarsi la tranquillità al delizioso ritiro di Oeyras, subito che il tempo lo lusingherà a profitarne» (10).

«In questi giorni altro piccolo incomodo di stomaco hà sofferto il Signor Marchese di Pombal, ma sin da jeri che io lo viddi mi parve sufficientemente ristabilito. Egli pensa tuttavia al riposo d'Oeyras, ma non sà rischiare il profitto della campagna a dispetto della stagione» (11).

(6) Arquivo do Vaticano — *Nunziatura di Portogallo*, vol. 119, fl. 184. (Carta de 25-6-1771). È un volume de «Dispacci di Monsignor Conti Arcivescovo di Tiro, Nunzio Apostolico in Lisbona — Al Monsignor Cardinale Pallavicini, Segretario di Stato di Nro Signore Papa Clemente XIII. 1770. 1771. 1772».

(7) Arquivo do Vaticano — 1. c., fl. 188 (Carta de 9-7-1771).

(8) Arquivo do Vaticano — 1. c., fls. 201-201v (Carta de 30-7-1771).

(9) Arquivo do Vaticano — 1. c., fl. 211v. (Carta de 20-8-1771).

(10) Arquivo do Vaticano — 1. c., fls. 287-287v.

(11) Arquivo do Vaticano — 1. c., fl. 295. (Carta de 4-2-1772).

Em 3 de Março, continua o diário sanitário do primeiro ministro: «Il Signor Marchese di Pombal stà bene, ma scopre lentamente i pregiudizj della consueta robustezza. Si conosce a qualche tratto un principio di fiacchezza, per cui non si ricupera così facilmente da qualunque piccola sorpresa» (12).

Em 14 de Abril, nova indigestão. «Il Signor Marchese di Pombal soffre [un] piccolo incomodo di ostinata indigestione. È egli molto soggetto a tali sorprese ma non da luogo a sofismi, perche anzi costantemente si crede che la sua natural robustezza profitta piuttosto nel cimento, quasi che l'individuo tenti di spogliarsi alle date occasioni di un superfluo, che per molti altri sarebbe critico incentivo di oppressione. Egli mangia costantemente roba di gusto mascicio, e ciò che il moto limitato dalle occupazioni, non può triturare, è consumato da periodici sconvolgimenti di stomaco, che in qualche maniera producono l'effetto compensativo» (12<sup>a</sup>).

Em 12 de Maio «il Signor Marchese di Pombal è restituito al biondo di perfetta salute» (13) e em Agosto decidia-se a ir a Coimbra inaugurar a sua reforma universitária.

«Il Signor Marchese di Pombal hà deciso di trasferirsi in Coimbra per trovarsi alla formale apertura della nuova Università sul piano de nuovi Statuti, che non son tuttora usciti alla luce, ma in brevi si aspettano con qualche curiosità» (14).

Todavia a saúde continuava a causar-lhe dissabores e transornos graves. Conti escreve em 8 de Setembro ao Secretário de Estado: «Anche il Signore Marchese di Pombal hà sofferto un piccolo termine di febre, che col traspiro svanì. Osservasi però che questa sola volta soffre a scanso de periodici sconvolgimenti di stomaco, sicchè si teme possa ripetere l'alterazione febrile con periodo di terzana, e ciò tanto più è probabile, quanto che andrebbe a conto di stagione partecipando dell'influenza che qui domina. Ciò posto sarà forse disferito il suo viaggio a Coimbra, dove egli voleva incamminarsi il giorno 15 per trovarsi colà alla solenne apertura de nuovi Studj di quella Università» (15).

Efectivamente, só em 22 de Setembro é que Sebastião José

(12) Arquivo do Vaticano — 1. c., fl. 309.

(12<sup>a</sup>) Arquivo do Vaticano — 1. c., fls. 331-331v.

(13) Arquivo do Vaticano — 1. c., fl. 347.

(14) Arquivo do Vaticano — 1. c., fl. 377v. (Carta de 18-8-1772).

(15) Arquivo do Vaticano — *Nunziatura di Portogallo*, vol. 119-A, fls. 279v-280.

partia para Coimbra, consoante escreve o Núncio: «Questa mattina è partito di qui alla volta di Coimbra, il Signor Marchese di Pombal. In tutto il suo viaggio e permanenza non consumerà che un mese in circa. Farà la solenne apertura di quella nuova Università, e pubblicherà i nuovi Statuti per la direzione di Studj con nuovo metodo regolati» (16).

E poder-se-ia continuar por muitas páginas. Estas mostram a atmosfera em que se movia o Marquês de Pombal, do ponto de vista sanitário, com as suas naturais e inevitáveis repercussões na vida administrativa do Estado. E não só do Estado. Se Mons. Conti se refere à saúde do ministro em quase todas as suas cartas para a Secretaria de Estado, é exactamente porque a saúde do Marquês dificultava a marcha regular dos negócios que o Representante da Santa Sé com ele desejava tratar. Como veremos, se bem que de relance, a mesma causa teve a sua influência na marcha dificultosa da criação das novas dioceses, sobretudo nas nomeações dos bispos.

Outro problema prévio, que entende com as dioceses de que aqui tratamos, e que levanta um problema de ordem histórico-jurídica geral: a data exacta da criação das dioceses.

Tem-se aceitado sempre — cremos até que nunca o problema se discutiu noutro sentido — que a data exacta, a data verdadeiramente histórica da criação das dioceses, é a do Breve ou Bula do Pontífice que a decide e aprova.

Das três dioceses aqui estudadas, Castelo Branco é a única de cuja criação não encontramos o Breve, nem nos registos do Arquivo Secreto do Vaticano, nem nos Bulários que publicaram os Breves dos outros dois bispados. Este facto já nos surpreende: a inexistência prática de tal documento.

Mas o que mais surpreende é a discordância entre a data dos Decretos da Congregação Consistorial que criam as novas dioceses de Penafiel e Pinhel, ambos expedidos em 21 de Junho de 1770, e os Breves respectivos, datados ambos em 10 de Julho do mesmo ano. O problema que se levanta é, portanto, este: em que data deve o historiador considerar efectivamente criadas as duas dioceses? Na data dos Decretos, ou na data dos Breves? E como não se encontra o Breve da criação do bispado de Castelo Branco,

---

(16) Arquivo do Vaticano — *Nunziatura di Portogallo*, vol. 119, fl. 388. (Carta de 22-9-1772).

dado que nunca tivesse sido emitido, pode considerar-se canonicamente erecto o referido bispado?

Talvez os próprios documentos nos dêem a chave do aparente enigma e esclareçam este problema, ou estes problemas.

Ao determinar a Taxa a cobrar pela Câmara Apostólica, o decreto de erecção da diocese de Penafiel, diz textualmente: «Dummodo tamen infra sex menses a data præsentis Decreti decurrendos, sive infra terminum ante eorum lapsum prorogandos, expediantur desuper Literæ Apostolicæ concessionis hujusmodi, præferentes datam præsentium, a qua suum habeant effectum» (17). Quase em termos idênticos se exprime o Decreto da criação da Diocese de Pinhel, conservando-se omisso o que se refere à Diocese de Castelo Branco.

A Taxa fixada às novas dioceses devia dar entrada, portanto, dentro dos seis meses a contar da data do respectivo Decreto de fundação, da autoria da Congregação Consistorial. As Letras Apostólicas, em princípio, deveriam ser expedidas com a data dos mesmos pré-citados documentos, a partir da qual sortiriam o seu pleno efeito.

As Dioceses estavam, conseqüentemente, criadas *pleno iure* a partir da data do respectivo Decreto de desmembração e fundação, isto é, para Castelo Branco desde 7 de Junho de 1771, para Penafiel e Pinhel desde 21 de Junho de 1770.

O certo é, porém, que os Breves concedidos às Dioceses de Penafiel e Pinhel (o de Castelo Branco, se chegou a ser passado, não se conhece), não trazem a data do Decreto respectivo, apesar de quanto nos Decretos se lê. E a explicação do facto parece ser simples.

As bulas e os breves, por processologia geral, só eram passados desde que as Taxas entrassem efectivamente na Tesouraria Pontifícia e ficassem registadas nos livros de «Obligaciones et Solutiones», «Communes» ou «Particulares», consoante o assunto de que se tratasse. E era com a data dos «Introitus» das Taxas na Tesouraria que eram expedidos os respectivos breves ou bulas.

Segue-se daqui que os Breves concedidos às duas Dioceses de Penafiel e de Pinhel não foram expedidos com a data do Decreto de 21 de Junho, mas com a data da entrada das Taxas nos cofres do Vaticano. Trazem, portanto, a data de 10 de Julho de

---

(17) Cfr. Doc. n.º 9.

1770, se bem que o seu efeito, segundo as palavras expressas dos Decretos, sortisse a partir de 21 de Junho.

Voltando às perguntas anteriormente feitas: em que data deve o historiador considerar efectivamente criadas, *pleno iure*, as Dioceses em causa? Da data dos Decretos da Congregação Consistorial, ou só desde a data dos Breves? Após o que fica exposto não parece oferecer dúvida nenhuma que desde a data dos Decretos, momento *a quo* da plena eficiência dos respectivos Breves.

Outro é o caso de Castelo Branco. Em Bulário nenhum, em registo nenhum, encontrámos o Breve que teria sido concedido, e que o Decreto supõe dever sido outorgado, como sucedeu com as outras duas Dioceses.

Dado, hipoteticamente, que nunca tivesse sido despachado este documento pontifício, podemos considerar canonicamente erecto o Bispado de Castelo Branco? Mas sem dúvida de espécie alguma. Exactamente como o poderíamos supor para qualquer das outras Dioceses, dado que estivessem em caso idêntico. É que o verdadeiro documento de criação e desmembração das dioceses é precisamente o Decreto da Congregação Consistorial. O Breve é a sua renovação solene, quase nos mesmos termos, mas juridicamente não lhe empresta força nova. Apesar de datado posteriormente ao Decreto, é a partir da data deste que produz todos os seus efeitos jurídicos.

Podemos, conseqüentemente, aceitar como data histórica exacta da fundação da Diocese de Castelo Branco o dia 7 de Junho de 1771 e 21 de Junho de 1770 a da erecção das Dioceses de Penafiel e de Pinhel.

Dadas estas explicações preliminares, entremos a historiar, brevemente, a fundação de cada uma das três Dioceses. Brevemente, dizemos, porque os Documentos aqui publicados falam claramente por eles e por nós.

## CASTELO BRANCO

No dia 21 de Março de 1771 el-Rei D. José I pedia a Clemente XIV a desmembração da vasta diocese da Guarda e a criação do bispado de Castelo Branco. A razão em que fundamentava o seu pedido era esta: «a impossibilidade de um só Pastor

apascentar tão disforme Rebanho, conhecendo as suas ovelhas e sendo por elas conhecido, como é justo e necessário».

Suplicava el-Rei que o novo bispado fosse constituído pelos arcediagados ou arceprestados de Castelo Branco, Monsanto e Abrantes, com Castelo Branco como sede episcopal, que para tal efeito mandara já fazer cidade. Ficaria a Guarda com oitenta e uma paróquias e a nova diocese com setenta e nove. Nem deveria Sua Santidade fazer dificuldade neste ponto, pois Leiria não tinha mais de cinquenta e sustentava o seu Prelado «com muita abundância».

Para cathedral estava naturalmente indicada a sumptuosa paróquia de S. Miguel Arcanjo e o Palácio Episcopal preparado estava também na espaçosa casa que ali mandara construir o prelado D. João de Mendonça.

A nova Diocese seria do Padroado régio, de que as bulas faziam expressa menção. Finalmente nada obstava ao projecto do bispo da Guarda D. Bernardo António de Melo Osório, «reconhecendo a impossibilidade de apascentar um tão numeroso e disperso rebanho» (17<sup>a</sup>).

Pouco depois o Ministro plenipotenciário, Comendador Almada e Mendonça, expunha mais desenvolvidamente o problema ao Santo Padre (18) e em 7 de Junho a Congregação Consistorial desmembrava efectivamente da diocese da Guarda o novo Bispado, nos termos apresentados por el-Rei e pelo seu embaixador (19).

No Consistório Secreto de 17 de Junho de 1771 era confirmado como primeiro prelado o Padre Frei José de Jesus e Maria Caetano, da Ordem dos Frades Pregadores, lisboeta, Mestre na Sagrada Teologia, com mais de 60 anos de idade (20). O novo prelado mandava solver 333 florins e 1/3 na Câmara Apostólica para execução das bulas da sua confirmação de 17 de Junho (21).

No Consistório Secreto de 16 de Dezembro de 1782 era confirmado D. Frei Vicente Ferreira da Rocha, por falecimento de D. Frei Caetano, também lisbonense e da Ordem de S. Domingos, Mestre de Teologia. O novo prelado era incumbido de erigir

(17<sup>a</sup>) Cfr. Doc. n.º 1.

(18) Cfr. Doc. n.º 2.

(19) Cfr. Doc. n.º 3.

(20) Cfr. Doc. n.º 4.

(21) Arquivo do Vaticano — *Obligazioni per servizi communi*, vol. 30, fl. 49v.

o Cabido, o Monte Pio e o Seminário, com gravame para a sua consciência <sup>(22)</sup>.

Apenas destes dois prelados se encontram notícias nos documentos do Vaticano.

Suprimida a diocese pela bula de 30 de Setembro de 1881, por Decreto da Congregação Consistorial de 18 de Julho de 1956 foi elevada à dignidade de con-catedral a Igreja paroquial de S. Miguel, e à diocese de Portalegre foi acrescentado o nome de Castelo Branco <sup>(23)</sup>.

### PENAFIEL

Das três dioceses aqui estudadas a mais efémera foi a de Penafiel, se bem que, no aspecto material, pareceria aquela que estava fadada para mais longa vida.

Em carta instrutiva de 5 de Março de 1770 ao Ministro Almada, o Conde de Oeiras insiste sobre a «urgentíssima necessidade» de divisão do Bispado do Porto, imposta pelo seu «disforme território e a sua vastíssima povoação», problema que se arrastava havia mais de duzentos anos e que só «as maquinações dos chamados jesuítas» tinham conservado «tão disforme e prejudicialmente extenso». Propunha, por conseguinte, que se criasse nova Dioceses com sede em Arrifana de Sousa, para esse efeito já feita cidade. cabeça da comarca de Penafiel, o qual seria constituído por cento e duas paróquias, ficando ainda ao Porto «duzentas e trinta e nove paróquias opulentas». Para catedral ficaria a matar a Igreja da Misericórdia e para Paço Episcopal se comprariam algumas das boas casas da nova cidade <sup>(24)</sup>.

Em documento da mesma data apresenta el-Rei o Padre Mestre Frei Inácio de S. Caetano, Carmelita Descalço, cujas «virtudes, letras e mais qualidades» que nele brilhavam pressagiavam um excelente Prelado <sup>(25)</sup>.

Em 21 de Junho a Sagrada Congregação Consistorial desmembrava por Decreto a Diocese do Porto e criava o novo bispado Pintiense ou Penafidelense nas condições suplicadas pelo

(22) Cfr. Doc. n.º 5.

(23) Cfr. Doc. n.º 6.

(24) Cfr. Doc. n.º 7.

(25) Cfr. Doc. n.º 8.

Conde de Oeiras <sup>(26)</sup>, e em 10 de Julho o Breve «Totius orbis» reafirmava solenemente a desmembração e fundação já operadas pelo referido Decreto <sup>(27)</sup>.

Um ano volvido, em 17 de Junho de 1771, o Consistório Secreto provia do seu primeiro Pastor a nova Diocese, na pessoa de Frei Inácio de S. Caetano, natural da Diocese de Braga <sup>(28)</sup>. Não descobrimos entre os processos episcopais da Congregação Consistorial o que a Nunciatura de Lisboa organizou sobre D. Frei Inácio de S. Caetano, mas não resta dúvida de que era pessoa de «virtudes e letras». Efectivamente o Núncio Mons. Conti escrevendo ao Cardeal Pallavicini, Secretário de Estado, ao mesmo tempo que lhe enviava um elogioso Breve dizia do Prelado, que ia assistir ao Capítulo Provincial da sua Ordem, ser «Figlio tanto benemerito del suddetto ordine, e tanto zelante delle Leggi, e costumanze di esso» <sup>(29)</sup>.

Em 5 de Novembro de 1771 o Marquês de Pombal remetia as bulas da erecção do Bispado como da sua confirmação ao novo Prelado, que deveriam ser executadas pelo Bispo eleito de Lamego, outra criatura da confiança do primeiro ministro <sup>(30)</sup>.

Pelo Breve «Necessitatibus ecclesiarum», de 8 de Março de 1773, Clemente XIV dava ao Prelado de Penafiel a faculdade de empregar os rendimentos das igrejas vagas na construção do Paço (quod in tota dioecesi nulla esset domus, in qua venerabilis frater Ignatius episcopus, illiusque in episcopatu hujusmodi successores habitare possint), e adaptação condigna da Igreja da Misericórdia a Catedral (ac in stabiliendam primariam sacram ædem) <sup>(31)</sup>.

Aquele vento de euforia do Conde de Oeiras, do Rei, do ministro Almada, todos facilidades na exposição do seu desígnio ao Papa, revela-se já de bem frágil eficácia. Em carta autógrafa de 12 de Agosto de 1778 D. Frei Inácio de S. Caetano pedia a sua resignação de Bispo de Penafiel, apresentando motivos que não somente foram ponderados justos no que respeitava ao negócio da resignação, mas que levaram nada menos do que à supressão

(26) Cfr. Doc. n.º 9.

(27) Cfr. Doc. n.º 10.

(28) Cfr. Doc. n.º 11.

(29) Arquivo do Vaticano — *Nunziatura di Portogallo*, vol. 119, fls. 267-272. — Carta de 4 de Agosto de 1772. O Breve é a da mesma data.

(30) Cfr. Docs. n.º 12 e 13.

(31) Cfr. Doc. n.º 14.

pura e simples do próprio Bispado <sup>(32)</sup>. Foi efectivamente o que a Congregação Consistorial resolveu por Decreto de 7 de Dezembro de 1778, restabelecendo a Diocese do Porto no *statu quo ante* da criação do efémero Bispado de Penafiel <sup>(33)</sup>. Em 9 de Dezembro o Decreto era solenemente registado pelo Notário da Dataria Apostólica <sup>(34)</sup> e o caso definitivamente arrumado.

Estava clamorosamente demonstrado que a «urgentíssima necessidade» da divisão do «disforme território» da Diocese do Porto não existia senão na fértil imaginação e sobretudo na sanha rabiosa do poderoso Marquês, que nele era já uma ideia fixa, uma psicose doentia contra as «maquinações» dos Padres da Companhia de Jesus.

### PINHEL

Em 4 de Março de 1770, D. José I e o Conde de Oeiras pedem a Clemente XIV o desmembramento das Dioceses de Viseu e Lamego, devido à sua «disforme e prejudicial extensão», pois compreendiam a maior parte da vasta província da Beira Alta <sup>(35)</sup>. Em carta a Almada de Mendonça, de 5 de Março, o Conde de Oeiras explicitava os termos em que deveria ser apresentada e resolvida a questão. Em todo o caso era de primacial importância que fosse solucionada *antes* da apresentação das cartas de nomeação dos novos Bispos de Viseu e Lamego, que estavam vagas, «porque de outra sorte seriam as ditas bulas e os provimentos das ditas igrejas contrários ao serviço de Deus e às piíssimas intenções com que Sua Majestade nomeou os dois Bispo de Viseu e Lamego». Fórmula certamente hábil, para evitar possíveis contrariedades... <sup>(36)</sup>.

A Congregação Consistorial procedia, por Decreto de 21 de Junho de 1770, à execução dos régios desejos. Seriam subtraídas a Lamego 133 paróquias e a Viseu 225. Para Catedral seria escolhida posteriormente uma das igrejas da nova cidade de Pi-

---

(32) Arquivo do Vaticano — *Processus Datariae*, vol. 155, fls. 170-170 v. A carta do Prelado, em latim, está autenticada com o selo episcopal, em lacre vermelho.

(33) Cfr. Doc. n.º 15.

(34) Cfr. Doc. n.º 16.

(35) Cfr. Doc. n.º 17.

(36) Cfr. Doc. n.º 18.

nhel <sup>(37)</sup>. O Breve «Apostolicæ Sedi», de 10 de Julho de 1771, confirma o predito decreto em todos os seus pormenores <sup>(38)</sup>.

No Consistório de 17 de Junho de 1771 era confirmado primeiro Bispo de Pinhel o R. P. João Rafael de Mendonça, sacerdote lisbonense, monge da Ordem de S. Jerónimo, mestre emérito em Sagrada Teologia <sup>(39)</sup>. A nomeação deste prelado parece ter sido algo precipitada, pois a transferência para o Porto, que seguidamente se verificou, fora decidida entretanto <sup>(40)</sup>. Efectivamente, no Consistório de 29 de Julho do mesmo ano, o referido sacerdote era transferido para Bispo da Diocese do Porto, sendo substituído em Pinhel pelo R. P. Cristóvão de Almeida, da diocese de Braga, doutor em Direito canónico <sup>(41)</sup>. Em 16 de Dezembro de 1782, por falecimento de D. Cristóvão de Almeida e Brito, era preconizado o R. P. José António Pinto de Mendonça Arrais, de Coimbra <sup>(42)</sup>, ao qual sucedia em 18 de Dezembro de 1797, pela sua transferência para a Guarda, o R. P. Bernardo Bernardino Beltrão Freire, mestre em Teologia, da Ordem Militar de Avis, natural da diocese de Viseu <sup>(43)</sup>. O último prelado de que há memória no Arquivo do Vaticano é de D. Leonardo Brandão, natural da diocese de Lamego, Oratoriano, confirmado em 17 de Dezembro de 1832 <sup>(44)</sup>, por falecimento do seu antecessor.

Das três Dioceses pombalinas a que estas breves notas se referem, é a de Pinhel aquela que parece ter tido vida mais longa e mais tranquila. Talvez correspondesse a uma maior necessidade religiosa. Todavia, como qualquer das outras duas, quando da sua supressão no século XIX, parece-nos que arrastava vida tormentosa.

Como para Castelo Branco (Penafiel finara-se de morte natural), a bula *Gravissimum Christi*, de 30 de Setembro de 1881, foi

(37) Cfr. Doc. n.º 19.

(38) Cfr. Doc. n.º 20.

(39) Cfr. Doc. n.º 21.

(40) Cfr. Docs. n.ºs 22, 22ª, 28 e 29. — Em carta de 4 de Fevereiro de 1772, escrevia Mons. Conti ao Secretário de Estado: «É publicada na nomina del nuovo Vescovo di Pinhel in persona di un tal signor D. Cristofaro di Almeida, già Lettore di Canonici nell'Università di Coimbra. Io ne stò formando il Processo, e per ora basta così». — Arquivo do Vaticano-*Nunziatura di Portogallo*, vol. 119, fl. 309v. — Não se encontra inventariado no Arquivo do Vaticano o referido Processo episcopal

(41) Cfr. Doc. n.º 22, 22ª, 28 e 29.

(42) Cfr. Doc. n.º 23.

(43) Cfr. Doc. n.º 24.

(44) Cfr. Doc. n.º 25.

o golpe de misericórdia a um morto que fingia viver e se finava em lenta agonia.

Se os Padres da Companhia de Jesus pudessem, cristãmente, regozijar-se, tinham pesados motivos para o fazerem. A obra de Pombal desmoronara-se surda, mas completamente.

*PADRE ANTÓNIO BRÁSIO*

C. S. Sp.

DOCUMENTOS

1

*D. JOSÉ I PEDE AO PAPA CLEMENTE XIV A CRIAÇÃO  
DA DIOCESE DE CASTELO BRANCO (21-3-1771)*

Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor. O Vosso Devoto e Obediente Filho Dom Jozeph, por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, e Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c.<sup>a</sup>, com toda a humildade invia beijar seus Santos Pez.//

Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor. A Diocezi da Guarda se dilata pelo espaço de trinta e cinco grandes Legoa por huã grande parte da Provincia da Beira Alta, e baixa, e da Estremadura; de sorte, que desde os princípios da Serra da Estrella, e Terras a ella adjacentes por onde confina com os Bispados de Vizeu, Lamego, e Coimbra, vem confrontar dentro nesta Provincia da Estremadura pela Ouvidoria de Abrantes com o Priorado do Crato da Ordem Militar de São João de Malta, e com a Prelazia de Thomar da outra Ordem Militar de Christo, comprehendendo aquelle vasto Territorio sete grandes arcediagados, que na Frazé da mesma Provincia da Beira chamam Arciprestados.//

E porque he impossivel, que hum só Pastor possa apascentar taõ disforme Rebanho, conhecendo as suas Ovelhas, e sendo por ellas conhecido, como he justo, e necessario: Será muito proprio da Apostolica Providencia de Vossa Santidade dividir em duas a dita Diocezi taõ disforme na sua extençaõ; de sorte que o presente Bispado haja de subsistir na mesma cidade da Guarda com o seu Districto, e nos tres Arcediagados de Celorico, da Covilhaã, e de Penamacor <sup>(1)</sup>, e para a nova Diocezi tendo por Cabeça

(1) No original, errõneamente: Penamaior.

a Nobre Villa de Castellobranco (que já mandei erigir em Cidade para este effeito) se desmembrem o arcediagado della; e os outros dous Arcediagados de Monsanto, e da Ouvidoria de Abrantes: Porque depois da dita Devizaõ reterá sempre a primeira das ditas diocezes cento e oitenta e huã Parochias; e pertenceraõ setenta e nove à segunda que agora se erigir; não tendo mais de cincoenta o Bispado de Leiria, que sustenta o seu Prelado com muita abundancia.//

Para se estabelecer a nova Cathedral se acha já pronta na Cidade de Castellobranco a sumptuoza Parochia do Arcanjo Saõ Miguel. O Palácio Episcopal se acha tambem estabelecido na grande Caza, que na mesma Cidade fundou o defunto Bispo Dom Ioaõ de Mendonça. E para que a dita Devizaõ, e Desmembraçaõ possam ter o devido effeito: Supplico a Vossa Santidade haja por bem conceder as suas Letras Apostolicas; porque seraõ de grande serviço de Deos, e bem comum Espiritual daquelles Povos fieis Vassallos Meus; fazendose nellas expressa mençaõ desta Minha Instancia; e de que a nova Cathedral será do Meu Real Padroado, a que pertence, com as Nomeações, e Apresentações dos Bispados, Prebendas, meias Prebendas, e Beneficios, que o Executor a que Vossa Santidade dirigir as referidas Letras, julgar com o Meu Conselho, e Consentimento, que saõ proporcionados aos rendimentos da dita Diocezi novamente criada: Executandose desde logo as ditas Divisaõ, e Desmembraçaõ, porque para ella tem já prestado o seu consentimento o Bispo actual Dom Bernardo Antonio de Mello Ozorio, reconhecendo a impossibilidade de apascentar hum taõ numeroso, e disperso Rebanho.//

Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor. Nosso Senhor por largos tempos concerve a Pessoa de Vossa Santidade em Seu Santo Serviço.//

Escrepta no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em vinte e hum de Março de mil setecentos setenta e hum.

[Autógrafo]: Muito Obediente Filho de V. Santidade.

a) El Rey

a) Marquez de Pombal.

[Endereço]: Ao Muito Santo em Christo Padre, e Muito Bemaventurado Senhor Papa Clemente XIV hora por Divina Providencia Prezidente na Universal Igreja de Deos.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Congregationis Consistorialis*, 1771, fl. 265.

*CARTA DO MINISTRO DE PORTUGAL A CLEMENTE XIV  
PEDINDO A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE CASTELO BRANCO*

Beatissimo Padre

Il Commendatore Francesco de Almada e Mendonça, Ministro Plenipotenziario della Maestà Fedelissima presso la SANTITÀ VOSTRA in nome della Maestà Sua, riverentemente le rappresenta, come il Vescovato di Guarda si dilata per lo spazio di 35 grandi leghe, per una gran parte della Provincia di Beira alta, e bassa, e da Estremadura: di sorteche delli principij da Serra da Estrella, e Terre ivi adjacenti per dove confina colli Vescovati Visense, Lamacense e Colimbriense, vine a confrontare dentro questa Provincia da Estremadura per la Ouvidoria <sup>(1)</sup> de Abrantes con il Priorato di Crato dell'Ordine Militare di S. Giovanni di Malta, e colla Prelatura de Thomar dell'altro Ordine Militare di Cristo, comprendendo quell'ampio Territorio sette vasti Arcidiaconati, che nel linguaggio delle medesima Provincia da Bejra chiamansi Arcipretati.

Perloche rendendosi impossibile, che un sol Pastore possa sovvenire tanto difforme Gregge, e conoscere secondo conviene, ed è necessario le sue Pecorelle, sembra molto proprio, che dall'Apostolica Provvidenza della SANTITÀ VOSTRA una tal Diocesi così eccedente nella sua estenzione, venga a dividersi, di sorteche rimanga il Vescovato di Guarda nella medesima sua Città di Guarda con suo Distretto, e nei trè Arcidiaconati di Celorico, di Covilhaã, e de Penamacor, restando con ciò essa Diocesi con 181 Parochie, o siano Luoghi di Giurisdizione del Vescovo di Guarda.

Stante pertanto l'accennato giusto motivo, che a ciò induce il Real Animo di Sua Maestà, ed il consenso del moderno Vescovo di Guarda: qual consenso allorche abbia da esibirsi, verrà intanto supplito mediante un obbligo de rato da farsi dall'Esponente per esibirlo entro un congruo termine, ò vero da ingiongersi all'infrascritto Essecutore delle Lettere Apostoliche di riceverne la rinuovazione in actu executionis: lo stesso Ministro in nome della Maestà Sua, supplica reverentemente la SANTITÀ VOSTRA, acciò voglia degnarsi con suo Motu proprio dismembrare dalla Diocesi di Guarda la Nobil Villa di Castellobranco (che già la Maestà Sua hà ordinato erigersi per talleffetto in Città) unitamente con il suo Arcidiaconato, e gli altri due Arcidiaconati di Monsanto e di Ouedoria <sup>(1)</sup> de

(1) No original: Ouvidora.

Abrantes: costituendosi la nuova Diocesi da erigersi di Castellobranco in 79 Parochie, o siano Luoghi di sua Giurisdizione (non avendone più di 50 il Vescovato di Leiria, quale molto decentemente sostiene il suo Prelato): Di destinare la detta Città di Castellobranco per residenza di un nuovo futuro Vescovo, stabilendosi il Palazzo Vescovile nella gran Casa fondata nella medesima Città dal defonto Vescovo Don Giovanni de Mendonça. E di erigere in Chiesa Vescovile la sontuosa Parochia del Arcangelo San Michele sotto il medesimo titolo, ovvero sotto altero da designarsi à beneplacito di Sua Maestà, e per un futuro Vescovo da denominarsi, quale debba godere di tutte le Insigne Episcopali, ed onori alli Vescovi de jure competenti.//

Per sua Diocesi poi assegnarli la detta nuova Città di Castellobranco, con il suo Arcidiaconato, e con gli altri due Arcidiaconati di Monsanto, e de Ouvedoria <sup>(1)</sup> de Abrantes, con tutte e singole Chiese, Parochie, Vicarie, Benefizj, Conventi, Monasteri, Clero, Persone Seculari e Regolari assistenti e commoranti in detta nuova Città, e riferiti Arcidiaconati, talmenteche queste debbano in avvenire rimaner soggette al Vescovo di Castellobranco, come per lo avanti sono state soggette al Vescovo di Guarda, sottoponendosi la nuova Chiesa da erigersi al Patriarca Lisbonense come suo Metropolitan.

Ed acciòche tale Chiesa Vescovile abbia il suo proprio Capitolo di erigere in essa quel numero di Dignità, Canonicati, e mezzi Canonicati, e Cappellanie, che permetteranno le infrascritte rendite da applicarsi.//

E per Dote della medesima Chiesa Vescovile, Dignità, Canonicati, mezzi Canonicati, e Cappellanie come sopra erigendi, assegnare le detti effetti da dismembrarsi, con descriversi altresì nei Libri della Rev. Camera la terza parte di quello trovasi descritta e tassata la Chiesa di Guarda, minorando rispettivamente nell'equivalente terza parte, ne' medesimi Libri, la Tassa della Chiesa dismembrata, computandosi per l'universalità del numero delle Parochie e Luoghi, che restano di pertinenza del nuovo Vescovato. E con riservare il Regio Patronato tanto sopra la nuova Chiesa Catedrale anche per questa prima volta, ed in futuro, quanto Dignità, Canonicati, mezzi Canonicati, e Cappellanie, à favore di Sua Maestà, e suoi Successori, colla facoltà al futuro Capitolo di formare Statuti, e di godere i Privilegij ad instar delle altre Catedrali del Regno di Portogallo, non tamen titolo oneroso acquisitis.//

E finalmente di delegare per Giudice Essecutore delle Lettere Apostoliche il Rev. Padre Antonio Bonifacio Coelho, Arcivescovo di Lacedemonia e Suffraganeo di Lisbona, quale abbia tutta la facoltà ed autorità, non

solo di deputare altra, o più Persone in suo luogo, mà anche di stabilire il servizio della nuova Catedrale e suo Coro, et il numero de suddetti Capitolari ad vires delle Rendite dei Luoghi dismembrati, e di fissare i Frutti a favore della nuova Menza Vescovile, non meno che dei Capitolari, in quella proporzione e differente graduazione, che al medesimo sembrerà più giusto, con tutta le altre e singole facultà necessarie ed opportune per aggire il tutto che sarà e giudicherà espediente e consentaneo, ancorche nelle Lettere Apostoliche non venisse fatta espressa et individual menzione, per la esecuzione della presente Grazia, il tutto però col Consiglio e Consenso di Sua Maestà, e con tutta le opportune e necessarie deroghe, e particolarmente del Consenso, quatenus opus sit, del Capitolo. Che etc.

[No verso]: Al Santissimo Padre PP. Clemente XIV.

Per

Il Commendatore Francesco de Almada e Mendonça Ministro Plenipotenziario di Sua Maestà Fedelissima.

F. Cantoni.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Congregationis Consistorialis*, 1771, fls. 262-264v.

3

*DECRETO DE DESMEMBRAÇÃO DO BISPADO DA GUARDA E CRIAÇÃO DO BISPADO DE CASTELO BRANCO, SUJEITO AO METROPOLITA DE LISBOA (7-6-1771)*

Cum excellentissimus dominus commendator Franciscus de Almada et Mendonça <sup>(1)</sup>, Minister Plenipotentarius Serenissimi Josephi Regis Fidelissimi apud S. Sedem, nomine ejusdem Majestatis suæ, Sanctissimo Domino Nostro humiliter exposuerit, quod episcopatus Egitiensis magna ex parte a Provincia de Beira superiori et inferiori usque ad Extremaduram, spatio trigintaquinque leucarum se protendat, et incipiendo a Serra de <sup>(2)</sup> Estrella, ac terris ibi adjacentibus, cum Episcopatibus Visensi, et Lamacensi ac Colimbriensi fines habens, contendat intus hujusmodi Provinciam

(1) Nas fontes impressas: Mendonaea.

(2) Nas fontes impressas: et

ab Extremadura per Ovvidoriam<sup>(3)</sup> de Abrantes cum Prioratu de Crato nuncupato, ordinis militaris sancti Joannis Jerosolymitani, et cum dignitate prælatura nuncupata de Thomar, alterius ordinis militaris Domini Nostri Jesu Christi, ejusque amplum territorium contineat septem magnos Archidiaconatus, qui juxta idioma ipsius Provinciæ de Beira, Archipresbyteratus nuncupantur.//

Ipsa vero Serenissimo Rege provide perpendente, impossibile fore, quod unus dumtaxat Pastor tam multiplicem Gregem succurrere, illumque, prout convenit, et necesse est, cognoscere possit, proinde valde proprium esse, Dioecesim Egitanensem, ita in sua extensione excedentem, per Summum Pontificem dividi; proptereaque idem excellentissimus dominus Minister Plenipotentarius, nomine ipsius Majestatis Suæ, obsequiosas porrexit Sanctitati Suæ preces, ut alteram Ecclesiam Cathedralem ejus auctoritate Apostolica erigere dignaretur, taliter ut Episcopatu Egitarianensi remaneat Civitas Egitarianensis cum suo Districtu, ac tribus Archidiaconatibus de Celorico, de Covilhaã<sup>(4)</sup>, et de Penamacor<sup>(5)</sup>, sicque modernus et pro tempore existens Episcopus Egitarianensis habeat pro sua Dioecesi et Episcopali jurisdictione centum octuaginta unam Parochiales sive loca, reliquis autem infrascriptis pro nova erigenda Dioecesi Castrialbi nuncupanda, assignatis remanentibus.//

Eadem Sanctitas Sua piis rationalibusque dicti Serenissimi Regis Fidelissimi votis benigne annuendo, Motu Proprio, de ipsius Majestatis Suæ consensu, et respective moderni Episcopi Egitarianensis præstito, sin minus coram infrascripto Executore Litterarum Apostolicarum præstando, eoque irrationabiliter denegato, supplendo, perpetuo dismembravit a Dioecesi Egitarianensi nobilem Villam Castrialbi, quam ipse Serenissimus Rex ad hunc effectum in Civitatem declaravit, ejusque Archidiaconatum Castellobranco<sup>(6)</sup> nuncupatum, et alios duos Archidiaconatus, unum videlicet de Mon-sancto, alterum vero de Ovvedoria<sup>(7)</sup> de Abrantes, septuaginta novem Parochiales, sive loca, in se continentes. Et suppressit Ecclesiam Parochialem S. Michaelis Archangeli in dicta Villa Castrialbi magnifice constructam, absque tamen ullo præjudicio moderni Rectoris, cui ejus vita naturali durante, seu donec et quousque modernus ipse Rector de aliis redditibus Ecclesiasticis canonice provisus fuerit, remanere debebunt integri omnes illius fructus eamque sic suppressam, erexit in Cathedralem Eccle-

(3) No Ms.: Ovvidoiram; nas fontes impressas: Onvedoiram.

(4) Nas fontes impressas: Conilhã.

(5) No Ms. e nas fontes impressas: Penamacor.

(6) Nas fontes impressas: Castellobramo.

(7) No Ms.: Ovvedoira; nas fontes impressas: Onvedoira.

siam sub eodem Titulo, quem eadem Parochialis suppressa in præsens habet, sive alio Titulo ad placitum dicti Serenissimi Regis designando, pro uno Episcopo Castrialbi nuncupando, qui omnibus Episcopalibus insigniis, et honoribus Episcopis de jure competentibus gaudeat.

Et pro ejus Diœcesi assignavit dictam Civitatem Castrialbi, ubi residebit, et pro Palatio Episcopali magnam domum in ipsa Civitate Castrialbi a bonæ memoriæ Joanne de Mendonça <sup>(8)</sup> dum viveret Episcopo Egitanienti, seu alterius Diœcesis ædificatam; et alterius dicti tres Archidiaconatus Castrialbi, de Monsancto et de Ovvedoria <sup>(9)</sup> de Abrantes, ab eadem Diœcesi Egitanienti, ut præfertur, dismembratos, cum omnibus et singulis Ecclesiis, Vicariis, Parœciis, Beneficiis, Monasteriis, Conventibus, Clero, Personis Sæcularibus et Regularibus in dicta Civitate Castrialbi, et præfatis tribus Archidiaconatibus, ut præfertur, dismembratis existentibus, et commorantibus.//

Ita quod præfata Civitas Castrialbi, cum præfatis tribus Archidiaconatibus, ut præfertur, dismembratis, aliisque omnibus et singulis supradictis remaneant in futurum subjecta Episcopo Castrialbi, prout hactenus fuerunt subjecta Episcopo Egitanienti, cui jurisdictio ut antea super reliquis in præsentis dismembratione non comprehensis, illæsa remanebit.//

Et subjecti dictam Ecclesiam Castrialbi Patriarchæ Lisbonensi, tamquam Patriarchalis Ecclesiæ Lisbonensis Suffraganeam, eisdem modo et forma quibus Ecclesia Egitanientis nunc suffragatur. Et ut dicta Ecclesia Castrialbi suum proprium habeat Capitulum, in ea etiam erexit illum numerum Dignitatum, Canonicatum, dimidiorum Canonicatum et Cappellaniarum sub suis tamen congruis, et convenientibus, ac a jure approbatis denominationibus, titulis, et innovationibus, quem infrascripti redditus applicandi permittent. Et applicavit pro Dote Ecclesiæ Episcopalis, et Dignitatum, ac Canonicatum, et dimidiorum Canonicatum, ac Cappellaniarum, ut præfertur, erectarum, et erectorum, redditus provenientes ex effectibus ut supra dismembratis. Et reservavit etiam, pro hac prima vice, Juspatronatus Regium tam super nova Cathedrali, quam, ut præfertur, erectis Dignitatibus, Canonicatibus, ac Cappellaniis, favore dicti Regis et Successorum, cum facultate Capitulo novæ Cathedralis condendi Statuta, et gaudendi privilegiis ad instar aliarum Cathedralium Regni Portugalliæ, non tamen titulo oneroso acquisitis.//

Et deputavit in executorem Litterarum Apostolicarum R. P. D. Nun-

(8) Nas fontes impressas: Mendonæa.

(9) No Ms.: Ovvedoira; nas fontes impressas: Onvedoira.

cium Apostolicum<sup>(10)</sup> apud ipsum Serenissimum Regem Fidelissimum commorantem, qui per se, sive per alium, seu alios in sui locum subrogandum vel subrogandos habeat omnimodam facultatem et auctoritatem statuendi servitium in nova Ecclesia Cathedrali, ejusque Choro præstandum, et numerum illius Capitularium ad vires reddituum locorum dismembratorum, et assignandi ac firmandi fructus tam favore novæ Cathedralis, quam futurorum Capitularium in ea proportione et differente graduatione, quam ipse justius judicabit, cum omnibus aliis et singulis facultatibus necessariis et opportunis, ad effectum agendi quicquid sibi videbitur expediens et consentaneum, etiamsi in Litteris Apostolicis non expressum, et specialem individuumque mentionem requirens pro præsentis gratiæ executione; omnia tametsi cum consilio et consensu præfati Serenissimi Regis, et cum derogationibus necessariis et opportunis; ac præsertim, quatenus opus sit, consensu Capituli Egitanensis et Decreto, quod Taxa novæ Cathedralis describi debeat in Libris Cameræ Apostolicæ in tertia parte Florenorum, quæ ab ipsa Ecclesia Egitanensi dismembratur, videlicet in Florenos 333 1/3, et Taxa Ecclesiæ Egitanensis, quæ ad præsens in dictis Libris nempe in Florenos 1000 descripta reperitur, pro dicta tertia parte ab illa dismembrata, minui et reduci debeat, et in eisdem Libris Taxa præfata Ecclesiæ Egitanensis in Florenos 666 2/3 de novo describatur.//

Eademque Sanctitas Sua mandavit expediri Litteras Apostolicas concessionis hujusmodi, in forma Brevis, sub Annulo Piscatoris, attentis peculiaribus circumstantiis animum suum moventibus, ea tamen Lege ne transeat in exemplum, nec pro exemplo omnino allegari valeat, et hujusmodi Decretum referri inter Acta Sacræ Congregationis.//

Datum Romæ, hac die 7 Junij 1771<sup>(11)</sup>.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Congregationis Consistorialis*, 1771, fls. 258-261.

BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Prati, MDCCCXLV, Tomus Quintus, p. 189-190.

BULLARII ROMANI CONTINUATIO, por Andrea Advocato Barbèri, Romæ, 1841, Tomus Quartus, p. 181-182.

(10) Inocêncio Conti. Nasceu em Roma em 1-2-1731. Foi Núncio em Portugal, sendo arcebispo de Tiro *in partibus*, de 26-11-1769 até 26-5-1774. Criado cardeal em 19-4-1773, faleceu em Frascati em 15-11-1781. — Cfr. Liisi Karttunen in *Les Nontia-tures Apostoliques Permanentes* de 1650-1800. Genève, 1912, p. 239.

(11) A primeira obra impressa citada dá a data: MDCCLXX. Mas como se trata de um erro evidente, rejeitado pelo manuscrito e pela outra fonte, não deve oferecer a mínima dúvida a data por nós aceite.

BISPOS DA DIOCESE DE CASTELO BRANCO  
CÉDULAS CONSISTORIAIS

*D. Frei José de Jesus e Maria Caetano (17-6-1771)*

Romae. In Palatio Apostolico Quirinali. Feria II. Die XVII Junij 1771, fuit Consistorium Secretum.

A primæva erectione vacat Ecclesia Castri Albi, nuper a Nobis in Cathedralem erecta.

Civitas Castri Albi reperitur in Regno Portugalliæ, a pluribus habitata Christifidelibus, et Regi Fidelissimo subdita in temporalibus.

Ejusdem Civitatis Cathedrali Ecclesiæ, Patriarchæ Lisbonensi in Suffraganeam assignatæ, Dignitates, integri ac dimidij Canonici, alijque Ministri, cum eorum decenti congrua, debent inservire.

Debet novus Episcopus residere in Civitate præfata. Fructus taxati ad Florenos Tercentum et triginta tres cum uno tertio, habentur ex nonnullis bonis et effectibus separatis ab Episcopatu Egitanensi, assignatisque præfato novo Episcopatu Castri Albi.

Eidem Ecclesiæ præficere intendimus dilectum Filium Josephum a Iesu et Maria Cajetano, Presbyterum Ordinis Fratrum Prædicatorum expresse professum, legitime natum, sexagenario majorem, et Magistrum Theologiæ, qui nonnulla in dicto Ordine Officia, docte integreque obivit.

Quid vobis videtur?

Auctoritate Omnipotentis Dei Providemus Ecclesiæ Castri Albi de persona nominati Josephi, præficientes eum in Episcopum et Pastorem, cum decreto, quod nec Munus Consecrationis suscipere, neque ullum Ordinis et Jurisdictionis Actum exercere valeat, donec et quousque Litteræ Apostolicæ super dismembratione, assignatione et Erectione hujusmodi jam expeditæ, suum sortitæ fuerint plenarium effectum.

In nomine Patris

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Congregationis Consistorialis*  
(Clementis PP. XIV, Anno III, Pars I, 1771, fls. 15-15v.)

Sanctitate Sua referente, ad præsentationem Serenissimi Regis Fidelissimi, providit Ecclesiæ Castri Albi, nuper ab eadem Sanctitate Sua in Cathedralem erectæ, a primæva ejus erectione vacanti, de persona R. Fr.

Josephi a Jesu et Maria Cajetano, Presbyteri Lisbonensis, Ordinis Fratrum Prædicatorum expresse professi, Sacræ Theologiæ Magistri. Fidem etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum præfecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum decreto, quod nec munus Consecrationis suscipere, neque ullum Ordinis et Jurisdictionis actum exercere valeat, donec et quousque Litteræ Apostolicæ super dismembratione, assignatione et erectione hujusmodi jam expeditæ, suum sortitæ fuerint plenum effectum. Absolvens, etc. Cum clausulis, etc.

Taxa Fl. 333 1/3.

Fructus adhuc exprimi nequent.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 37, fls. 128v (olim 89v).

## 5

*D. Frei Vicente Ferreira da Rocha (16-12-1782)*

Romæ, in Palatio Apostolico Vaticano. Feria II. Die XVI Decembris 1782, fuit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimus Dominus Noster.

Sanctitate Sua proponente, ad præsentationem Serenissimæ Reginae Fidelissimæ, providit Ecclesiæ Castri Albi, vacanti per obitum bonæ memoriæ Josephi a Jesu Maria Cajetano, ultimi illius Episcopi, extra romanam Curiam defuncti, de persona R. Fr. Vincentij Ferrarij a Rocha, Presbyteri Lisbonensis, Ordinis Fratrum Prædicatorum expresse professi, Sacræ Theologiæ Magistri, fidem etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum præfecit et Pastorem, curam etc. committendo cum reservatione pensionis perpetuæ quatuor millium Cruciatorum monetæ Lusitanæ salvis antiquis ad favorem Sacræ Lisbonensis Inquisitionis contra hæreticam pravitatem, accedentibus precibus atque consensu prædictæ reginæ, ejusque ac Successorum arbitrio tribuendæ, ita tamen, ut hujusmodi pensione perpetua, non obstante Taxa ejusdem Ecclesiæ Castri Albi firma remaneat, et Literæ Apostolicæ super reservatione ejusdem pensionis expediantur per viam secretam, juxta decretum ab eadem Sanctitate Sua approbatum, et insuper cum Decreto, quod ejusdem Ecclesiæ Sacrarium suppellectili Sacra ad Divina peragenda sufficienter instruat, quodque in eadem Ecclesia erigi quamprimum curet Dignitates et Canonicatus, ac in ipsa Civitate Montem Pietatis et Seminarium ad præscrip-

tum Sacri Concilij Tridentini instituere, ejus conscientiam super his onerando. Absolvens, etc. cum clausulis, etc.

Taxa: Fl. 333 1/3

Fructus 20(000) circiter Cruciatorum monetae Lusitanae, duabus pensionibus antiquais gravatis.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 39, fls. 237v-238v (olim p. 454-456).

## 6

SACRA CONGREGATIO CONSISTORIALIS  
PORTALEGRENSIS  
(PORTALEGRENSIS-CASTRI ALBI)  
DECRETUM (18-7-1956)

De concathedralibus erectione et Nominis mutatione

Apostolicis sub plumbo Litteris «Gravissimum Christi» a Summo Pontifice Leone XIII b. m. die XXX Septembris anno MDCCCLXXXI datis nonnullae dioeceses in Lusitania suppressae fuerunt, quas inter Ecclesia Cathedralis Castri Albi, cuius territorium dioecesi Portalegrenti adiunctum atque incorporatum fuit.

Cum vero urbs vulgo *Castelo Branco* novissimis hisce temporibus felicia susceperit incrementa et christifidelium numero incolarumque industria ac negotiis reflouerit, Exmus P. D. Augustinus de Moura, Episcopus Portalegrentis, ad aptius animarum bono consulendum, ab Apostolica Sede expostulavit, ut templum in memorata urbe exstans, Deo in honorem S. Michaëlis Arcangeli dicatum, quod usque ad annum MDCCCLXXXI titulo et honore ecclesiae Cathedralis resplenduit, ad dignitatem Concathedralis eveheretur, et dioecesis Portalegrentis, priore retento, novo quoque Castri Albi augeretur nomine.

Sanctissimus Dominus Noster Pius, Divina Providentia Pp. XII, remature perpensa ac habito favorabili voto Excellentissimi P. D. Fernandi Cento, Archiepiscopi titularis Seleuciensis pierii et in Republica Lusitana Apostolici Nuntii, precibus benigne annuendum censuit.

Quapropter, suppleto, quatenus opus sit, eorum interesse habentium vel habere praesumentium consensu, de plenitudine Apostolicae potestatis, praesenti Consistoriali Decreto, perinde valituro ac si Apostolicae sub

plumbo Litterae datae forent, memoratum templum in honorem S. Michaëlis Arcangeli dicatum ad dignitatem et gradum ecclesiae Con cathedralis evehit, ita ut in eodem Cathedra episcopalis iterum posthac erigi possit ac debeat.

Praeterea Sanctissimus Dominus Noster Portalegrensi Antistiti onus imponit, praesertim cum apta episcopalis domus extracta fuerit, per aliquod temporis spatium quolibet anno Castri Albi residendi.

Sanctitas Sua indulget ut, addito nomine Castri Albi, dioecesis Portalegrensensis eiusque pro tempore Episcopus in posterum vocari possint ac valeant Portalegrensensis-Albi.

Ad haec omnia executioni mandanda Eadem Sanctitas Sua deputare dignata est memoratum Excellentissimum P. D. Fernandum Cento, eidem tribuens facultates necessarias et opportunas etiam subdelegandi, ad effectum de quo agitur, quemlibet virum in ecclesiastica dignitate constitutum, onere imposito ad S. Congregationem Consistorialem authenticum exemplar actus peractae executionis quam primum remittendi.

Contrariis quibuslibet minime obstantibus.

Datum Romae, ex Aedibus S. Congregationis Consistorialis, die 18 Iulii 1956.

Fr. A. I. Card. PIAZZA, Ep. Sabinen. et Mandelen., *a Secretis*.

L. S.

Iosephus Ferretto, *Adessor*.

ACTA APOSTOLICAE SEDIS, vol. XXXIX, 25 de Janeiro de 1957, p. 35-36.

7

*CARTA INSTRUTIVA PARA FRANCISCO DE ALMADA E MENDONÇA IMPETRAR DE CLEMENTE XIV A DESMEMBRAÇÃO DA COMARCA DE PENAFIEL E A ERECÇÃO DUM NOVO BISPADO NA MESMA COMARCA (5-3-1770)*

I. O bispado do Porto hé hum daquelles que os Senhores Reis destes reinos tinham determinado dividir, conhecendo há mais de duzentos annos a urgentissima necessidade que constituia o seu disforme territorio e a sua vastissima povoação, e hé hum daquelles que as machinações dos chamados Jesuítas conservaram tão disforme e prejudicialmente extenso, como ainda hoje se acha.

2. Comprehende aquella diocese a grande e populissima cidade do Porto e os seus arrabaldes, com cinco freguezias muito numerosas e disformes na sua extensão, doze conventos e quatro arcediagados ou comarcas, a saber: a da Mala, com setenta e quatro freguezias; a de Sobre Tamega, com setenta parochias; a da Feira, que tem não menos de noventa; e a de Penafiel, que tem cento e duas; fazendo todas trezentas e quarenta e huma parochias, todas sitas em paizes muito povoados, fertes e opulentos.

3. Proseguindo pois Sua Magestade aquella religiosissima e providentissima disposição dos seus regios predecessores, tem creado cidade o grande e populoso logar de Arrifana de Sousa, cabeça da comarca de Penafiel, mudando-lhe neste nome de Penafiel o nome antecedente de Arrifana, e destinando esta nova cidade para a residencia do Bispo e cabeça da nova diocese, que tem supplicado a Sua Santidade queira dividir da do Porto; estabelecendo-se o território da mesma nova diocese na referida comarca de Penafiel, com as cento e duas parochias e com todos os beneficios que a mesma comarca comprehende, restando ainda assim na jurisdicção do dito bispado do Porto duzentas e trinta e nove parochias opulentas.

4. Para se erigir a Cathedral há na mesma cidade hum famoso templo, que até agora servio de casa da Misericordia. E para o palacio episcopal se comprarão algumas das boas casas que em si contém esta nova cidade.

5. Propõe Sua Magestade para Juiz executor da bulla das ditas desmembrações e erecção a Nicolau Joaquim Thourel, do Conselho do dito Senhor e do Geral do Santo Officio da Inquisição, Vigario Capitular do mesmo bispado do Porto; supplicando outrosim o mesmo Senhor a Sua Santidade seja servido delegar no referido proposto todos os amplos poderes que necessarios forem, não só para os ditos effeitos, mas tambem para estabelecer para o serviço do côro da nova Cathedral o numero de dignidades, Cónegos, meios Cónegos e Capellães, que as suas rendas poderão permittir, e para estabelecer nos fructus delles aquella proporção que lhe parecer mais justa, obrando em tudo o referido com o conselho e consentimento de Sua Magestade.

6. Pelo que pertence aos direitos da referida bulla, serão ahi faceis de computar pela regra chamada de tres, ou *de justo rateio*, computando-se pela totalidade do numero das parochias a parte que fica pertencendo ás cento e duas igrejas deste novo bispado.

7. A nomeação de todas as dignidades e conezias deste bispado de-

vem sempre ser da nomeação de Sua Magestade, como nos outros bispados de Portalegre, Leiria e Miranda, nos tempos em que foram novamente creados e desmembrados das suas antecedentes dioceses, se estabeleceo a favor dos Senhores Reys que impetraram aquellas dioceses.

Deos guarde a V.S.<sup>a</sup>//

Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 5 de março de 1770.//

*Conde de Oeyras*

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 263-264.

8

*CARTA RÉGIA DE APRESENTAÇÃO DO PADRE MESTRE FREI INÁCIO DE S. CAETANO PARA BISPO DE PENAFIEL (5-3-1770)*

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. O vosso devoto e obediente filho Dom Joseph, por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc., com toda a humildade envia beijar seus santos pés.//

Muito santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. Devido prover-se de Pastor o novo bispado de Penafiel, que tenho supplicado a Vossa Santidade que haja por bem separar do extenso territorio do Porto, nomeio e apresento a Vossa Santidade para o dito bispado a Fr. Ignacio de S. Caetano, Mestre na sagrada theologia e Religioso da Ordem dos Carmelitas Descalços, tendo por certo das suas virtudes, letras e mais qualidades que nelle concorrem, acudirá ás obrigações daquelle bispado como convem ao serviço de Deos e bem espirital das almas que lhe estão sujeitas, para que Vossa Santidade lhe mande passar as suas letras apostolicas, nas quaes se faça expressa menção desta minha nomeação e apresentação, e se declare o direito do padroado que no mesmo bispado me compete, na fórma que da minha parte mais particularmente exporá a Vossa Santidade o meu Ministro Plenipotenciário nessa Côrte.//

Muito santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor, Nos-

so Senhor por largos tempos conserve a pessoa de Vossa Santidade em seu santo serviço.//

Escrepta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 5 de Março de 1770 annos.//

[Autógrafo]: Muito obediente filho de Vossa Santidade.

El Rei

[Lugar do Selo]

a) Conde de Oeyras.

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 264.

NOTA — Não vimos o original no Arquivo do Vaticano. As divergências que demos ao texto dos *Negocios de Roma* são inspiradas em outros originaes do mesmo Rei.

9

DECRETO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PENAFIEL (21-6-1770)

PORTUGALLENSIS DISMEMBRATIONIS, ET ERECTIONIS IN EPISCOPATUM PINTIENSEM.

Quum Excellentissimus D. Commendator Franciscus de Almada, et Mendonza, Minister Plenipotentiarius Serenissimi Iosephi Regis Fidelissimi apud S. Sedem, ejusdem Majestatis Suae nomine Sanctissimo Domino Nostro humiliter exposuerit, quod cum Episcopatus Portugallensis sit unus ex iis quem Reges Praedecessores dividere statuerant ob jam ab annis biscentum cognitam perurgentem necessitatem, quae ad hujusmodi divisionem eorum regium animum inducebat, attenta praesertim ejusdem Diaecesis amplitudine complectente grandem, et frequentí numero incolarum refertam Civitatem Portugalem, ejusque circuitus cum quinque Parochialibus sive Locis populo valde frequentibus, nec non duodecim Virorum seu Mulierum, aut eorum alterutros Conventus, ac quatuor Archidiaconatus seu Comarchas, unum videlicet, seu unam de Maya cum 74 Parochialibus seu Locis, alium seu aliam de Sobre Tamega cum Parochialibus 70, alium seu aliam de Feira cum Parochialibus non minus 90, et reliquum seu reliquam de Pintien cum Parochialibus 102, insimul constituentes Parochiales 341, omnes sitas in Territoriis frequentissime habitatis, fertilibus et opulentis.//

Ipse vero Serenissimus Rex Fidelissimus religiosissimam et providam dispositionem suorum Praedecessorum Regum prosequi cupiens, declaraverit in Civitatem magnum, et populo florentem Locum de Ar[r]ifana de Souza, caput dictae Comarchae de Pintien, commutato nomine de Ar[r]ifana in nomen de Pintien, destinatum pro residentia futuri Episcopi de Pintien; ideoque Sanctitati Suae humiles preces porrexerit, ut ab eodem Episcopatu Portugallensi eundem Locum de Ar[r]ifana dismembrare dignaretur.//

Sanctitas Sua benigne annuendo piis et commendabilibus ejusdem Serenissimi Regis Fidelissimi votis, Motu Proprio, deque Apostolicae potestatis plenitudine, dismembravit a Diaecesi Portugallensi, illius Sede Episcopali in praesens vacante, dictam Comarcham de Pintien cum Parochialibus sive Locis 102 in eadem Comarcha de Pintien existentibus, et erexit in Ecclesiam Episcopalem celebre Templum, quod hucusque ibi pro Domo Misericordiae nuncupatur, habitum est sub eodem Titulo, quem idem Templum nunc habet, sive alio Titulo ad libitum dicti Serenissimi Regis designando, pro uno Episcopo Pintiensi nuncupando, qui omnibus Episcopalibus insigniis et honoribus Episcopis de jure competentibus gaudet; assignando pro ejus Diaecesi dictam Civitatem de Pintien, ubi residet, ad quem effectum emendae sint Domus inibi sitae pro stabiliendo Palatio Episcopali, et ulterius dictam Comarcham de Pintien, ut praeferatur, dismembratam, cum omnibus et singulis Ecclesiis, Vicariis, Paraeiis, Beneficiis, monasteriis, Conventibus, Clero, Personis Saecularibus et Regularibus in dicta Civitate et Comarcha dismembratis existentibus, et commorantibus, ita quod praefata Civitas, et ipsa Comarcha de Pintien cum omnibus et singulis supradictis dismembratis debeant esse imposte- rum subjecta Episcopo Pintiensi, prout hactenus subjecta fuerunt Episcopo Portugallensi, cui jurisdictio ut antea super reliquis tribus Comarchis de Maya et de Sobre Tamega ac de Feira, cum 239 Parochialibus sive Locis opulentis in praesenti Dismembratione non comprehensis, illaesa remanebit.//

Et insuper Sanctitas Sua subjecit dictam Ecclesiam Pintiensem Archiepisco Bracharensi, tamquam Archiepiscopali Ecclesiae Bracharensis Suffraganeam, eisdem modo et forma quibus Ecclesia Portugalensis nunc suffragatur. Et ut dicta Ecclesia Pintiensis suum proprium habeat Capitulum, in ea etiam erexit illum numerum Dignitatum, Canonicatum, et dimidiorum Canonicatum, ac Cappellaniarum, sub suis tamen congruis et convenientibus, ac a Jure approbatis respective denominationibus, titulis et invocationibus, quem infrascripti redditus applicandi permittent.//

Et idem Sanctissimus Dominus Noster applicavit pro Dote Ecclesiae Episcopalis, ac ut praefertur, erectarum et erectorum Dignitatum, Canonicatum, ac dimidiorum Canonicatum et Cappellaniarum, redditus provenientes ex effectibus ut supra dismembratis per infrascriptum Exequutorem Literarum Apostolicarum assignandos, uti etiam eadem Sanctitas Sua reservavit pariter pro hac prima vice Iuspatronatus Regium tam super nova Cathedrali, quam, ut praefertur, super erectis Dignitatibus, Canonicatibus, et dimidiis Canonicatibus, ac Cappellaniis, favore dicti Serenissimi Regis Fidelissimi et Successorum, cum facultate Capitulo novae Cathedralis condendi Statuta, et gaudendi privilegiis ad instar aliarum Cathedralium Regni Portugalliae, non tamen titulo oneroso acquisitis; ac deputavit in Exequutorem Literarum Apostolicarum Nicolaum Ioachim Thorel, de consilio dicti Serenissimi Regis, et Generalis S. Officij, ac Vicarium Capitularum Ecclesiae Portugallensis, qui habeat omnimodam facultatem et auctoritatem statuendi Divinum Servitium in nova Cathedrali, ejusque Choro praestandum, ac numerum illius Capitularium juxta redditus Locorum dismembratorum, et firmandi fructus tam favore novae Cathedralis, quam futurorum Capitularium in ea proportione, ac differenti gradu, quem ipse justius judicabit, cum omnibus et singulis aliis facultatibus necessariis et opportunis, ad effectum agendi quidquid sibi videbitur expediens, et consentaneum, etiamsi facta non fuerit expressa mentio pro praesentis gratiae exequutione, omnia tamen cum consilio et consensu praefati Serenissimi Regis, ac cum derogationibus etiam necessariis et opportunis, praesertim quatenus opus sit, Capituli Portugallensis, et cum decreto, quod Taxa novae Cathedralis describi debeat in Libris Camerae Apostolicae in tertia parte Florenorum, quae ab ipsa Ecclesia Portugallensi dismembratur, videlicet in Flor. 341  $\frac{2}{3}$ , et Taxa ipsius Ecclesiae Portugallensis, quae in praesens in dictis Libris Camerae, nempe in Flor. 1025 descripta reperitur, minui et reduci debeat pro dicta tertia parte, ut praefertur, dismembrata, et in eisdem Libris dictae Ecclesiae Portugallensis Taxa in Flor. 683  $\frac{1}{6}$  de novo describatur; dummodo tamen infra sex menses a data praesentis Decreti decurrendos, sive infra terminum ante eorum lapsum prorogandos, expediantur desuper Literae Apostolicae concessionis hujusmodi, praeserferentes datam praesentium, a qua suum habeant effectum, quamvis praecesserit interim provisio Ecclesiae Portugallensis actu vacantis, absque ulla mentione sequutae Dismembrationis, et soluta insuper fuerit integra Taxa ejusdem Portugallensis Ecclesiae, non obstante diminutione, ut praefertur, concessa; alias concessio hujusmodi ipso facto nulla, et irrita remaneat sine ulteriori expressa revocatione et declaratione, ipseque tunc Episcopus Por-

tugallensis continuet in possessione adhuc ut prius sui Territorij, ac si Dis-  
membratio praefata haud concessa extitisset.//

Eademque Sanctitas Sua mandavit expediri Literas Apostolicas hujus-  
modi concessionis in forma Brevis, sub Annulo Piscatoris, attentis peculia-  
ribus circumstantiis animum suum moventibus, ea tamen lege, ne transeat  
in exemplum, nec pro exemplo allegari omnino valeat, et hujusmodi De-  
cretum referri inter Acta Sacrae Congregationis Consistorialis.

Datum Romae, die 21 Iunij 1770.

a) M. Gallo, Sac. Cong.<sup>nus</sup> Consist. Sec.<sup>rius</sup>

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta S. C. Consistorialis*, 1770, fls.  
518-521.

NOTA — A este documento segue-se a exposição do pedido feito pelo Ministro  
Almada e Mendonça, em italiano. Como, porém, é substancialmente idêntico ao teor  
do pre-transcrito Decreto, julgamos dispensável a sua publicação. (fls. 522-524v).

10

*BREVE DA ERECÇÃO DO BISPADO DE PENAFIEL (10-7-1770)*

Clemens Papa XIV

Ad perpetuam rei memoriam

Totius orbis ecclesiis divina dispositione, meritis licet insufficientibus  
praesidentes, in circuitu agri Dominici oculos nostrae mentis vigilis more  
pastoris levamus, inspicientes quid ecclesiarum ipsarum statui, et decori  
maxime conveniat, et divino fulti praesidio illius qui cuncta ex sua beni-  
gnitate in fideles populi sui salutem disponit ad ea quae ad dignitatem et  
statum ecclesiarum hujusmodi agendam pertinent, officii Nostri partes li-  
benter convertimus, praesertim ubi chatholicorum regum preces id ex-  
pescant et nos in Domino conspiciamus, expedire.

Sane pro parte carissimi in Christo fili Nostri Josephi Portugalliae et  
Algarbiorum regis fidelissimi nuper Nobis expositum fuit per dilectum fi-  
lium Franciscum de Almada et Mendoza, commendatarium militiae Do-  
mini Nostri Jesu Christi, ejusdem Josephi regis apud Nos et sanctam Se-  
dem ministrum plenipotentiarium, quod cum episcopatus Portugallensis  
unus ex iis sit quem clarae memoriae ipsius Josephi regis in regnis hujus-  
modi praedecessores dividere statuerant, propter jam ab hinc annis bis-

centum cognitam per urgentem necessitatem ad hujusmodi divisionem regionum eorum animum impellentem, perpensa potissimum amplitudine ipsius dioecesis, quae sub se continet grandem ac frequenti numero incolarum refertam civitatem Portugallensem, ejusque circuitus cum quinque parochialibus sive locis populo valde frequentibus, nec non duodecim virorum, seu mulierum, aut eorum alterutros conventus, et quatuor archidiaconatibus, seu comarchas, unum videlicet, seu unam de Maya cum septuaginta quatuor parochialibus, seu locis, alium, seu aliam de Sobre Tamega cum paroquialibus septuaginta, alium seu aliam de Feira cum paroquialibus non minus nonaginta, et reliquum seu reliquam de Pintien, cum parochialibus centum ac duabus, insimul constituentes parochiales tercentum quadraginta et unam, omnes sitas in territoriis frequentissime habitatis, fertilibus et opulentis.//

Ipse vero Josephus rex praedecessorum hujusmodi voluntatem, et dispositionem providam ac religiosissimam agnoscens, Nobis humiliter supplicari fecit ut locum de Arrifana de Souza populo florentem et caput dictae comarchae de Pitien a dioecesi Portugallensi dismembrare, illumque commutato nomine de Arrifana in nomen de Pintien in civitatem et Sedem episcopalem erigere, ibique futuri episcopi Pintiensis residentiam destinare, ac desuper in praemissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur piis, et commendabilibus ejusdem Josephi regis votis annuere volentes motu proprio, ac ex certa scientia, et matura deliberatione, Nostris deque apostolicae potestatis plenitudine comarcham praefatam de Pintien, cum parochialibus sive locis centum et duobus, cujus et quarum respective territoria et confines praesentes haberi volumus pro expressis, cum omnibus et singulis ecclesiis, monasteriis, cappellis et aliis ecclesiasticis et saecularibus personis, rebus quoque et bonis eorundem in dicta comarcha ipsiusque et eorum respective territorio et districtu consistentibus, ab episcopali jurisdictione, superioritate, subjectione, visitatione et correctione ac potestate moderni ac pro tempore existentis episcopi Portugallensis prorsus eximimus, ipsumque locum de Arrifana de Souza dictae comarchae caput in civitatem Pintiensem nuncupandam erigimus, et civitatem esse, ac perpetuis futuris temporibus nuncupari debere decernimus; ac ecclesiam, quae huc usque ibi pro domo misericordiae nuncupabatur, sub eodem titulo quem nunc habet, sive sub alio ejusdem Josephi regis arbitrio, designando titulo, in cathedralem ecclesiam cum omnibus praeminentiis et praerogativis cathedrali ecclesiae congruentibus pariter erigimus et episcopalis dignitatis honore ac titulo insignimus.//

Hancque cathedralem ecclesiam erigimus pro uno episcopo Pintiensi nuncupando, qui ei praeesse valeat et prodesse, omnibusque insigniis episcopalibus ac honoribus episcopis de jure competentibus uti, frui et gaudere possit, ac debeat, ac eidem sic erectae ecclesiae Pintiensi ipsum locum in civitatem, ut praefertur, erectum pro civitate in qua pro tempore existens episcopus residebit, et pro hujusmodi effectu domus inibi existentes ad palatium episcopale stabiliendum emendae erunt, nec non dictam comarcham de Pintien a memorata dioecesi Portugallensi, ut praefertur, dismembratam pro ejusdem ecclesiae Pintiensis dioecesi, cum omnibus et singulis ecclesiis, sive simplicibus sive residentialibus, monasteriis, conventibus, clero, personis, sive saecularibus sive regularibus, in dicta civitate et comarcha dismenbratis existentibus et commorantibus, motu, scientia et potestatis plenitudine paribus etiam perpetuo concedimus, tribuimus, et assignamus, ac praedictam civitatem et comarcham de Pintien, cum omnibus et singulis, ut praefertur, dismembratis, episcopo Pintiensi quoad episcopalem prout hactenus subjecta fuerunt Episcopo Portugallensi, cui jurisdictionis, ut antea super reliquis tribus comarchis de Maya, et de Sobre Tamega ac de Feyra, cum ducentis triginta novem parochialibus, sive locis opulentis, in praesenti dismembratione non comprehensis, illaesa remanebit, et archiepiscopo Bracharensi pro tempore existenti quoad metropolitanam jurisdictionem perpetuo pariter subjicimus; ecclesiamque ipsam Pintiensem suffraganeam pro tempore existentis archiepiscopi Bracharensis esse debere decernimus et declaramus.

Ac insuper, ut praefata ecclesia Pintiensis suum proprium habeat capitulum illum numerum dignitatum, canonicatum, dimidiorum canonicatum et capellaniarum, sub suis tamen congruis et convenientibus et a jure approbatis respective denominationibus, titulis et invocationibus, quem infradicendi redditus applicandi permittent etiam erigimus et instituimus. Pro dote vero ejusdem ecclesiae episcopalis Pintiensis et sic ut praefertur erectarum et erectorum dignitatum, canonicatum ac dimidiorum canonicatum ac cappellaniarum redditus provenientes ex effectis ut supra dismembratis per infrascriptum praesentium Nostrarum literarum exequutorem assignandos concedimus.

Eidemque praeterea Josepho ejusque successoribus Portugalliae et Algarbiorum regibus fidelissimis regium juspatronatus tam super nova cathedrali praefata, quam super dignitatibus, canonicatibus, dimidiis canonicatibus et cappellaniis, ut praefertur, erectis, etiam pro hac prima vice, ac perpetuo reservamus et concedimus.

Ac insuper futuro novae cathedralis capitulo plenam et omnem fa-

cultatem quaecumque necessaria et opportuna statuta, ordinationes, et decreta, licita tamen et honesta, ac sacris canonibus, praesertim vero concilii Tridentini decretis, et constitutionibus apostolicis non contraria condendi et edendi, ac condita et edita pro temporum et rerum varietate et qualitate mutandi, limitandi, corrigendi, declarandi, interpretandi, ac in meliorem formam redigendi, seu alia de novo etiam integre condendi, et edendi tribuimus et impertimur; necnon dignitates in memorata ecclesia Pintiensi obtinentibus, ac capitulo et canonicis ejusdem ecclesiae, allisque capituli et ecclesiae hujusmodi personis et ministris pro tempore existentibus, ut omnibus et singulis praeeminentis, praerogativis, facultatibus, indultis, favoribus, gratis et privilegiis, quibus aliarum cathedralium ecclesiarum regni Portugalliae dignitates obtinentes, capitula et canonici fruuntur, potiuntur et gaudent (exceptis privilegiis titulo oneroso acquisitis) uti, frui, potiri, et gaudere libere et licite possint, et valeant concedimus et indulgemus.

Quocirca dilecto filio Nicolao Joachimo Thorel, ejusdem Josephi regis consiliario, ac officiali sancti Officii, quem in executorem praesentium Nostrarum literarum deputamus, plenam, liberam, amplam ac omnimodam facultatem et auctoritatem, pro spirituali dignitatum capituli et canonicorum hujusmodi directione ac regimine et onerum illis incumbentium supportatione, missarum, horarum canonicarum, divinorum tam diurnorum quam nocturnorum officiorum, processionum, funeralium et anniversariorum celebratione, aliisque divinum servitium in eadem cathedrali ecclesia respicientibus, quae sibi necessaria et opportuna visa fuerint, statuendi et decernendi, numerumque capitularium hujusmodi, juxta redditus locorum, ut praefertur, dismembratorum, ac fructus tam futurae novae cathedralis ecclesiae, quam futurorum capitularium hujusmodi proportionaliter, ac juxta gradus cujusque differentiam, prout ipse justius judicabit, assignandi, omniaque alia et quaecumque tam in praemissis, quam circa earumdem praesentium executionem et effectum quomodolibet necessaria et opportuna agendi, faciendi et quidquid sibi expediens et consentaneum videbitur, etiamsi in praesentibus expressum minime sit (cum consilio tamen in omnibus, et consensu ejusdem Josephi regis) gerendi, iisdem motu, scientia, et potestatis plenitudine concedimus, tribuimus et impertimur.

Decernentes easdem praesentes literas in eis contenta quaecumque, ullo umquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut quovis alio defectu, etiam ex eo, quod causae propter quas praesentes emanarunt coram Nobis, vel alibi verificatae, et dilecti filii capitulum, et canonici cathedralis ecclesiae Portugallensis praedictae, nec non quicumque alii in

praemissis interesse habentes, seu habere praetendentes ad id vocati, citati, auditique non fuerint, et praemissis non consenserint, aut alio quovis defectu notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus vel controversiam vocari, ad terminos juris reduci, restitutionis in integrum, aliudve remedium impetrari, vel sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus et aliis contrariis dispositionibus, etiam per quascumque constitutiones apostolicas, aut cancellariae apostolicae praefatae regulas quandocumque, etiam in crastinum assumptionis successorum Nostrorum ad summi apostolatus apicem, vel alias quandoque editas, seu sub quibusvis tenoribus et formis emanatas et in posterum emanandas nullatenus comprehendi, sed semper ab illis exceptas, et quoties illae emanabunt, toties in pristinum et validissimum statum, etiam sub quacumque posteriori data per pro tempore existentes episcopum, capitulum et canonicos ecclesiae Pintiensis hujusmodi eligenda, restituta, reposita et plenarie reintegrata, ac denuo concessas, semperque validas esse, et fore, suosque plenarios effectus sortiri et obtinere, necnon episcopo, dignitatibus, capitulo et canonicis ecclesiae Pintiensis hujusmodi perpetuo suffragari.

Sicque in praemissis per quoscumque iudices ordinarios, vel delegatos quavis auctoritate fungentes, sublata eis, et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate, iudicari et defini debere, ac si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum et inane decernimus.

Non obstantibus Nostris et ejusdem cancellariae apostolicae regulis de gratiis, indultis et indulgentiis ad instar non concedendis, ac de exprimendo vero annuo valore, ac de unionibus committendis ad partes, vocatis quorum interest, ac Lateranensis concilii novissime celebrati, uniones perpetuas, nisi casibus a jure permissis fieri prohibentis, et quibusvis apostolicis, ac in synodalibus, provincialibusque et generalibus conciliis editis vel edendis constitutionibus: quibus omnibus et singulis, etiamsi de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio seu quaevis alia expressio ad hoc servanda foret, illis alias in suo robore permansuris, ad praemissorum effectum hac vice dumtaxat specialiter et expresse harum serie derogamus, caeterique contrariis quibuscumque.

Volumus autem, quod taxa novae cathedralis Pintiensis praefatae in libris Camerae describatur in tertia parte florenorum, quae dismembratur ab ipsa ecclesia Portugallensi, videlicet in florenis tercentum quadraginta et unum cum duobus tertiis; et taxa praefatae ecclesiae Portugallensis, quae

in praesens in dictis libris Camerae in florenis mille viginti quinque descripta reperitur, minui et reduci debeat pro tertia parte, ut praefertur, dismembrata, et in eisdem libris dictae ecclesiae Portugallensis in florenis sexcentum octuaginta tribus de novo describatur, quodque attentis peculiaribus circumstantiis, praesens Nostra gratia, utpote per Nostras literas in forma Brevis concessa, minime transeat in exemplum, nec pro exemplo allegari valeat.//

Datum Romae, apud sanctam Mariam majorem, sub annulo piscatoris, die decima julii millesimo septingentesimo septuagesimo, pontificatus Nostri anno secundo.

BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Prati, MDCCCXLV, Tomus Quintus, p. 207-210. — BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Romae, 1841, Tomus Quartus, p. 199-202.

## 11

*CÉDULA CONSISTORIAL DO BISPO DE PENAFIEL*  
(17-6-1771)

Romae. In Palatio Apostolico Quirinali. FERIA II. Die XVII Junij 1771, fuit Consistorium Secretum, in quo Santissimus Dominus Noster.

Sanctitate Sua referente, ad praesentationem Serenissimi Regis Fidelissimi, providit Ecclesiae Pintiensi, nuper ab eadem Sanctitate Sua in Cathedralem erectae, a primaeva ejus erectione vacanti, de persona R. Fr. Ignatij a Sancto Cajetano, Presbyteri Bracharensis dioecesis, Ordinis Fratrum Carmelitarum Excalceatorum nuncupatorum expresse professi, eumque nuper ad hunc effectum eadem Sanctitas Sua per suas apostolicas in forma Brevis jam expeditas litteras dispensavit super quocumque voto seu juramento ab eo emisso, et quantiusque vicibus reiterato de non acceptanda ulla Praelatione seu Dignitate, vel munere ecclesiastico extra dictum Ordinem, ipsumque Ignatium Sacrae Theologiae Magistrum, fidemque professum, omniaque etc. habentem, praefatae Ecclesiae Pintiensi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum Decreto, quod nec munus Consecrationis suscipere, neque ullum Ordinis et Jurisdictionis actum exercere valeat, donec et quousque Litterae Apostolicae super dis-

membratione, assignatione et erectione hujusmodi jam expeditae, suum sortitae fuerint plenarium effectum.

Abolvens etc. Cum clausulis, etc.

Taxa: Fl. 341 1/3

Fructus exprimi adhuc non possunt.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 37, fls. 127v-128 (olim 88v-89)

## 12

*CARTA AO BISPO ELEITO DE LAMEGO, PARA DAR À EXECUÇÃO  
A BULA DA ERECCÃO DO BISPADO DE PENAFIEL  
(5-11-1771)*

Excelentissimo e Reverendissimo Senhor//

O Santo Padre Clemente XIV, ora presidente da universal Igreja de Deos, pella bulla expedida no dia dez de julho deste corrente anno, erigio em cabeça de bispado, á instancia de El-Rey meu senhor, a cidade de Penafiel, desmembrando-a do bispado do Porto, assignando-lhe por territorio diocesano a mesma cidade, com o arcediagado ou comarca della, e com a união das cento e duas parochias que até agora tambem pertenceram ao sobredito bispado do Porto.

A referida bulla será apresentada a Vossa Excellencia pelo Bispo eleito de Penafiel, Dom Frey Ignacio de S. Caetano. E havendo Sua Magestade já acordado o seu real beneplacito e regio auxilio para que ella se execute, o manda assim participar a Vossa Excellencia para que, como executor nomeado nas mesmas letras apostolicas, as possa dar á sua devida execução.

Deos guarde a Vossa Excellencia//

Granja, aos 5 de novembro de 1771.

*Marquez de Pombal*

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 265.

*CARTA AO BISPO ELEITO DE PENAFIEL REMETENDO-LHE AS  
BULAS DA ERECCÃO DO NOVO BISPADO E DA CONFIRMAÇÃO  
DO MESMO BISPO (5-11-1771)*

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor//

El-Rei meu senhor manda remetter a Vossa Excellencia os dous breves do Santo Padre Clemente XIV, ora presidente na universal Igreja de Deos, a saber: primeiro, da divisão e desmembração do arcediagado, ou comarca de Penafiel, que até agora pertencia à mitra do Porto, e da erecção nella estabelecida da nova diocese de Penafiel, servindo-lhe de cathedral a cidade do mesmo nome, com a união das cento e duas parochias que até agora tambem pertenceram á referida mitra, e com a reserva do direito do padroado regio, assim na dita cathedral novamente erecta, como nas dignidades, prebendas e beneficios della: segundo, da confirmação que o mesmo Santo Padre fez da nomeação e apresentação de Sua Magestade para o provimento do referido bispado na digna pessoa de Vossa Excellencia; e tambem a copia do real decreto de vinte e dous de outubro proximo passado dirigido ao Conselho da fazenda, por que o mesmo Senhor tem ordenado a separação provisional da terça da redizima e mais direitos que a mitra do Porto percebe actualmente na alfandega da mesma cidade.

Ao mesmo tempo manda Sua Magestade dirigir a Vossa Excellencia os oito breves de concessões, facultades espirituas e indulgencias que são do costume nas erecções e confirmações, semelhantes ás dos dous referidos breves principaes.

A todos os sobreditos há o mesmo Senhor por bem conceder o seu real beneplacito e regio auxilio, para que sem a menor duvida se possam dar á sua devida execução. E assim o tem Sua Magestade mandado avisar ao Bispo eleito de Lamego, executor do referido breve de desmembração e erecção deste novo bispado.

O mesmo Senhor há outrosim por bem declarar a Vossa Excellencia que a respeito da bulla do juramento deve Vossa Excellencia ficar na intelligencia de que, sendo elle muito justo e necessario para tudo o que respeita aos direitos do primado do Summo Pontifice, não seja nunca visto fazer o menor prejuizo aos da temporalidade da Corôa destes reinos, para desnaturalisar a Vossa Excellencia das obrigações de vassallo da mesma

Corôa, e ficar pella degradação dellas inhabilitado para possuir nos mesmos reinos os beneficios que sómente são permittidos aos naturaes, como vassallos de Sua Magestade.

Deos guarde a Vossa Excellencia.//

Granja, em 5 de novembro de 1771.//

*Marquez de Pombal.*

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 264-265.

14

*FACULDADE AO BISPO DE PENAFIEL DE EMPREGAR OS RENDIMENTOS DAS IGREJAS VAGAS NA CONSTRUÇÃO DO PAÇO E DA CATEDRAL (8-3-1773)*

Clemens PP. XIV

Ad futuram rei memoriam

Necessitatibus ecclesiarum omnium pro commissi Nobis divinitus pastoralis officii debito consulere cupientes, in id apostolicae auctoritatis partes libenter interponimus, ac piis sublimium principum votis annuimus, sicuti, omnibus mature perpensis, in Domino salubriter expedire arbitramur.

Nuper siquidem pro parte carissimi in Christo filii Nostri Josephi Portugalliae et Algarbiorum regis fidelissimi expositum Nobis fuit per dilectum filium Franciscum de Almada et Mendoza, commendatorem militiae Domini Nostri Jesu Christi, ejusdemque Josephi regis apud Nos et hanc sanctam Sedem ministri plenipotentiarii, quod cum in tota dioecesi Poenafidelensi nulla esset domus, in qua venerabilis frater Ignatius episcopus, illiusque in episcopatu hujusmodi successores habitare possint, nullique designati sint redditus pro sacra aede primaria aut reparanda, aut reaedificanda, neque aliunde sperari aut expectari possint pecuniae, quibus instanti huic necessitati consultum sit, praeter eas, quae ex redditibus et proventibus ecclesiarum dictae dioecesis jampridem vacantium subductae modo depositae reperiuntur, hinc idem Ignatius episcopus sibi fa-

cultatem erogandi in constructionem domus episcopalis habitationis, ac in stabiliendam primariam sacram aedem, omnes pecunias ad vacantes ecclesias spectantes et nunc depositas, ac quaevis alia earumdem ecclesiarum bona a vacationis tempore usque nunc reservata, de ipsius tamen Josephi regis consensu et consilio a Nobis concedi plurimum desiderat.

Nos igitur piis eorumdem Josephi regis votis annuere, ac eundem Ignatium episcopum specialibus gratiis et favoribus prosequi volentes, et a quibusvis excommunicationis, suspensionis et interdicti, aliisque ecclesiasticis censuris, sententiis et poenis quovis modo et quacumque de causa latis, si quas forte incurrit, hujus tantum rei gratis absolventes, et absolutum fore censentes, supplicationibus Nobis super hoc humiliter porrectis inclinati, petitam facultatem erogandi omnes pecunias spectantes ad ecclesias dictae dioecesis vacantes et modo in deposito existentes, nec non quaevis alia earumdem ecclesiarum bona a vacationis tempore usque nunc reservata, in constructionem dictae domus episcopalis, ac in primariam sacram aedem stabiliendam, de consensu tamen et consilio ipsius Josephi regis, eidem Ignatio episcopo auctoritate Nostra apostolica tenore praesentium concedimus et indulgemus.

Decernentes ipsas praesentes literas firmas, validas et efficaces existere et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere, ac illis, ad quos spectat et pro tempore quandocumque spectabit, in omnibus et per omnia plenissime suffragari, et ab eis respective inviolabiliter observari; sicque in praemissis per quoscumque iudices ordinarios et delegatos etiam causarum palatii apostolici auditores judicari et definiri debere, ac irritum et inane, si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari.

Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis, ac dictarum ecclesiarum etiam juramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, et consuetudinibus; privilegiis quoque indultis et literis apostolicis superioribus, et personis sub quibuscumque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis ac insolitis clausulis, irritantibusque, et aliis decretis in genere vel in specie, ac aliis in contrarium quomodolibet concessis, approbatis et innovatis. Quibus omnibus et singulis illorum tenores praesentibus pro plene et sufficienter expressis, ac de verbo ad verbum insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris, ad praemissorum effectum, hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque.//

Datum Romae, apud sanctam Mariam majorem, sub annulo pisca-

toris, die octava martii millesimo septingentesimo septuagesimo tertio, pontificatus Nostri anno quarto.

BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Prati, MDCCCXLV, Tomus Quintus, p. 559-560. — BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Romae, 1841, Tomus Quartus, p. 549.

## 15

*PINTIENSIS SUPPRESSIONIS ET UNIONIS ECCLESIAE PORTUGALLENSEI (7-12-1778)*

Sanctissimo Domino Nostro humiliter exposuit Ex.mus Vicecomes de Villanova, ex parte Majestatis Suae Fidelissimae, ejus in Urbe Administer Plenipotentarius, quod et si Sanctae Memoriae Clemens PP. XIV, per suas Apostolicas in forma Brevis, expeditas Literas VI Idus Julias, Pontificatus Anno III datas, ab Ecclesia et Dioecesi Portugallensi Locum de Arrifana de Souza, Caput Comarchae de Pintinensis, Motu Proprio, deque Apostolicae Potestatis plenitudine, dismembraverit, et in Episcopatum erexerit, una cum Parochialibus sive Locis 102 in eadem Comarcha de Pintinensi existentibus, prout in iisdem Literis latius continetur. Ipsi Ecclesiae Pintinensi in Consistorio Secreto diei 17 Junij Anni 1771 praeficiendo R. P. Ignatium a S. Cajetano, Ordinis Fratrum Carmelitarum Excalceatorum, et quamvis inceptus fuerit idem Episcopatus, ex nonnullis bonis ab Ecclesia et Diaecesi Portugallensi sejunctis ac separatis, nondum tamen suum implementum sortiri nequivit, nequibitque, quum desint Capitulum ac Canonici, alijque Ecclesiae praedictae pro Divinorum celebratione inservientes, sublata omnino spe illum in praesens ac etiam in posterum erigendi, deficientibus prorsus ad eum absolvendum necessariis.

Quum itaque Eadem Fidelissima Regina Sanctissimo Domino Nostro humiles preces porrexerit, ut dimissa jam in Manibus ejusdem Sanctitatis Suae, praedicta Ecclesia Pintinensis, per eundem R. P. Ignatium Episcopum, eandem Ecclesiam ex causis et rationibus desuper expressis, et in Supplici libello allatis, suppressere dignaretur, cum reservatione Pensionis Decem Millium Cruciatorum, ejus vita naturali durante, una cum libero usu Palatij et Villae sub vocabulo de Prato, ac suis mobilibus, dependentijs et redditibus: Sanctitas Sua, ad mei infrascripti relationem, omnibus mature perpensis, Motu Proprio, deque Apostolicae potestatis plenitudine, eandem Ecclesiam Pintinensem, una cum praedictis Locis perpetuo suppressit, et extinxit, ac si praedicta Ecclesia Pintinensis numquam erecta

fuisset, nec non praefata bona a Mensa Episcopali Portugallensi denuo univit, ac incorporavit, exceptis ijs Beneficijs quae independenter a bonis dismembratis a Diaecesi Portugallensi unita fuissent Episcopatu Pintinensi, sic ut praefertur suppressi, quae remanere debeant in primaevio statu quo ante Erectionis Episcopatus reperiebantur, cum reservatione Pensionis favore Dimittentis Decem Millium Cruciatorum illius monetae, super omnibus et singulis bonis, tam Episcopatus Pintinensis sic suppressis, quam Episcopatus Portugallensis, singulis annis, et in duobus terminis, ac ratis, tum a moderno, tum a futuris Episcopis, sive Administratoribus Ecclesiae Portugallensis solvendis, ita ut talis Pensio persolvi debeat absque ulteriori expeditione aliarum Literarum Apostolicarum, et cum reservatione pariter, favore dicti Episcopi Dimittentis, ejus vita naturali durante, usus liberi Palatij, ac Villae de Prato nuncupatae, cum omnibus suis mobilibus et dependentijs ac redditibus quibuscumque.//

Cum Decreto tamen, quod ab Episcopo Portugallensi pro tempore eligatur et constituatur Officialis cum facultatibus Vicarij Generalis, una cum suo Tribunali, semper et quandocumque subjectus sit Episcopo Portugallensi.//

Voluit tandem Sanctitas Sua, ut Taxa Flor. 341 2/3 quae adscripta erat Ecclesiae Pintinensi, sic suppressa, integre applicetur Ecclesiae Portugallensi, ita ut hujus Ecclesiae Taxa sit in posterum Flor. 1025. Eadem Sanctitas Sua postremo benigne commisit executionem Literarum Apostolicarum in forma Brevis, super praesenti gratia conficiendarum, R. P. D. Suffraganeo pro tempore Patriarchatus Lisbonensis, cum facultatibus necessarijs et opportunis. Mandavitque huiusmodi Decretum expediri, ac inter Acta Sacrae Congregationis Consistorialis referri.//

Datum Romae hac die 7 Decembris 1778.

a) P. M. Higonus, Sac. Cong. Consist. Secretarius.

ARQUIVO SECRETO DO VATICANO — *Acta Sacrae Congregationis Consistorialis*, 1778, fls. 609-609v., 616-616v.

### DIMISSÃO DO BISPO DE PENAFIEL

Die 9 Decembris 1778

Cum sit, prout mihi asseritur, quod R. P. Fr. Ignatius a Sancto Cajetano, Episcopus Pintinensis, seu Penefidelensis, ob honorificum munus Fi-

delissimae Portugalliae Reginae feliciter Regnantis, sacramentales confessiones audiendi, imparens se profiteatur, non solum ad dictae Ecclesiae Residentiam faciendam, sed etiam ad executionem et administrationem Pastoralis Officij, ideoque, pro majori sui animi quiete supplicauerit Sanctissimo D. Nostro pro dimissione praedictae suae Ecclesiae Pintiensis, seu Penefidelensis, cui apostolica praeest auctoritate, cum reseruatione annuae pensionis decem millium cruciatorum illius monetae super omnibus et singulis bonis, fructibus, redditibus, et prouentibus tam Episcopatus Pintiensis seu Penefidelensis, quam Episcopatus Portugallensis; nec non cum reseruatione, ad ejusdem Episcopi dimittentis vitam, liberi usus Palatii et Villae de Prado nuncupatae, cum omnibus ejus mobilibus, dependentijs ac redditibus; et facta relatione, eadem Sanctitas Sua ex speciali gratia mandaverit admitti.//

Hinc igitur est quod in mei Secretis et Notarij presentia, de mandato Sanctissimi, presentis et personaliter constitutus D. Franciscus Ad.<sup>tuus</sup> Cantoni fil.<sup>s</sup> bonae memoriae Francisci Romanus, vigore Epistolae ad eandem Sanctitatem Suam directae mihi infro traditae et consignatae ad effectum in presenti Dimissionis Instrumento inserendae tenoris, prout in ea ad quamprimum in Sanctissimi D. N. Papae manibus et pro eo in manibus Eminentissimi et Reverendissimi D. Bernardini S. R. E. Presbyteri Cardinalis Giraud nuncupati, Sanctissimi D. N. Papae pro auditoris sponteque, ac omni meliori modo regimini et administrationi dictae Ecclesiae Pintiensis seu Penefidelensis nomine praefati Episcopi, ac omni et cuiusque juri vel actioni sibi ad dictam Ecclesiam quomodolibet competenti, ac per eum praetenso ut supra sponte cedit et renunciavit et sic tactis ad Sanctae Dei Evangelia juravit.//

Quam quidem cessionem seu Dimissionem, idem Eminentissimus et Reverendissimus D. Cardinalis pro auditor ut supra recepit et admisit praemisso, ac alias omni meliori modo super quibus.//

Actum Romae in Palatio solitae oblationis et ibidem praesentibus R. D. Petro Paulo Pompili, D. Gasparis fil. Presbytero Ferentino, ac D. Bartholomeo Regoli, quam Ludovici fil. Perico Rom: Testibus ad praemissa vocatis specialiter adhibitis, atque rogatis.

[*Outra caligrafia*]: Ita est. Petrus Spada Procuūm Conslīum Not.<sup>s</sup> a Sec.<sup>s</sup>.

*CARTA RÉGIA PARA CLEMENTE XIV, IMPETRANDO A ERECCÃO DO BISPADO DE PINHEL (4-3-1770)*

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. O vosso devoto e obediente filho Dom Jozeph, por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, e da India, etc., com toda a humildade, invia beijar seus santos pés.//

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. A disforme e prejudicial extensão dos bispados de Vizeu e de Lamego, que comprehendem a maior parte da vasta provincia da Beira Alta, faz necessario que no meio delles haja huma nova diocese, a que sirva de cabeça a grande Villa de Pinhel, que para este fim tenho já mandado erigir em Cidade, servindo-lhe de territorio os Arciprestados da mesma Cidade de Pinhel, de Trancoso e de Castello Mendo, deduzidos do referido bispado de Vizeu; e as duas visitas de Entre Cõa e Tavora e de Riba Cõa, tambem divididas do outro bispado de Lamego.//

Os motivos que fazem uteis e necessarias as sobreditas ereccão e desmembrações para o serviço de Deos, e bem comum espiritual daquelles povos, fieis vassallos meus, e tudo o mais concernente a este negocio, serão mais amplamente representados a Vossa Santidade por Francisco de Almada de Mendonça, meu Ministro Plenipotenciario junto da sua sacratissima pessoa; reduzindo-me por isso aqui a supplicar a Vossa Santidade a concessão das sobreditas graças, na fórmula que de minha parte o exporá a Vossa Santidade o meu referido Ministro nessa Cõrte. Muito Santo em Cristo Padre e muito bemaventurado Senhor, Nosso Senhor por largos tempos conserve a pessoa de Vossa Santidade em seu santo serviço.//

Escrepta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos quatro de Março de mil setecentos e setenta.

[Autógrafo]: Muito obediente filho de Vossa Santidade.

[Lugar ✠ do Selo].

El Rey

a) Conde de Oeyras

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Congregationis Consistorialis*, ano de 1771, fls. 497. — *Collecção dos Negocios de Roma*, Lisboa, 1874, Parte III, p. 265-266.

*CARTA INSTRUTIVA PARA FRANCISCO DE ALMADA DE MENDONÇA IMPETRAR DE CLEMENTE XIV A ERECCÃO DO BISPADO DE PINHEL (5-3-1770)*

1. O bispado de Lamego na provincia da Beira tem por hum lado trinta grandes leguas de comprido, principiando a contar da capital até junto á Terra da Feira, onde o mesmo bispado confina com o do Porto. Pelo Douro acima tem mais de extensão dezoito leguas contadas desde a mesma capital até Villa Nova de Foscôa; e della, comprehendendo todo o Riba Côa, se estende por mais de dezeseis leguas até chegar a Alfayates e ao Sabugal, confinando pelo nascente com o reino de Leão, e sendo estas terras de Riba Côa chamadas o Bispado Novo. Confinna pela banda do sul com o bispado de Vizeu, servindo-lhe a villa de Nossa Senhora da Lapa de limite. Na referida extensão comprehende duzentas noventa e huma igrejas parochiaes divididas em quatro visitas, a saber: visita de Riba Côa com cincoenta freguezias; visita de Entre Côa e Tavora, com oitenta e tres freguezias; visita da Serra de Nossa Senhora da Lapa, com oitenta e sete freguezias; e visita das terras de Riba Douro, que tem sessenta e seis parochias.

2. O outro bispado de Vizeu, sito na mesma provincia, e confinante com o dito bispado de Lamego, tambem hé disforme na sua extensão, consistindo em oito arceprestados ou arcediagados, que comprehendem duzentas e noventa igrejas parochiaes, a saber: o da cidade, com o seu districto, com quarenta e seis freguezias, o de Besteiros com trinta e tres, o de Lafões com quarenta e tres, o de Mões com vinte e quatro, o de Pena Verde com quarenta e nove, o de Trancoso com quarenta e quatro, o de Pinhel com trinta, e o de Castello Mendo com dezoito.

3. Attendendo pois Sua Magestade aos motivos que fazem necessario ocorrer aos grandes inconvenientes, que a disforme extensão destes dous bispados faz per si mesma claros e manifestos, tem erigido em cidade a populosa villa de Pinhel, conservando-lhe o mesmo nome que até agora teve, porque contém seis igrejas parochiaes, e muitas casas nobres, para servir de cabeça de hum novo bispado, que supplica ao Papa se sirva de erigir nesta nova cidade de Pinhel, desmembrando para a diocese delle, a saber: do dito bispado de Lamego as terras e beneficios que se comprehendem nas duas visitas de Riba Côa e de Entre Côa e Tavora, contendo ambas cento e trinta e tres parochias; e do bispado de Vizeu o arcepres-

tado da mesma villa de Pinhel com trinta freguezias, o de Trancoso com quarenta e quatro e o de Castello Mendo com dezoito; ficando assim o bispado de Lamego com cento e oitenta e oito parochias sitas nas terras mais ferteis e pingues da provincia; o de Vizeu com cento e noventa e oito parochias em outras terras tambem fecundas e abundantes; e o novo bispado de Pinhel com duzentas e vinte e cinco parochias sitas, na maior parte, em terras de menos fecundidade e de maior pobreza.

4. Accrescendo pois estes motivos publicos aos particulares, que hoje participei a V. S.<sup>a</sup> pela carta N.<sup>o</sup> VIII desta expedição, carta que principia pelas palavras *Já tenho respondido a V. S.<sup>a</sup>*, se faz necessario que V. S.<sup>a</sup> não apresente as cartas regias das nomeações de Prelados para as referidas duas dioceses de Vizeu e de Lamego, senão depois que se houver expedido a bulla da erecção do novo bispado de Pinhel, e das desmembrações a favor d'elle supplicadas; porque de outra sorte seriam as ditas bullas e os provimentos das ditas igrejas contrarios ao serviço de Deos e ás piissimas intenções com que Sua Magestade nomeou os dous Bispos de Vizeu e Lamego.

5. Em consequencia de tudo o referido, ajuntarei a esta carta regia em que Sua Magestade supplica as sobreditas fundação e desmembração, nomeando juntamente Prelado para a nova diocese, que mediante a graça apostolica se deve erigir.

6. Para executor desta bulla propõe o dito Senhor a Antonio Bonifacio Coelho, do Conselho de Sua Magestade, Doutor em canones pela Universidade de Coimbra, Deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa, Provisor e Vigario Geral deste patriarchado, que agora vai nomeado para Arcebispo de Lacedemonia.

7. Pelo que toca aos direitos da bulla ou das bullas da erecção deste novo bispado, não serão ahi difficultosos de ajustar pela mesma *regra de tres* que já indiquei a V. S.<sup>a</sup> pela minha carta N.<sup>o</sup> X, fallando-lhe sobre o outro novo bispado de Penafiel; computando-se este melhor pelo numero das parochias separadas de cada huma das ditas dioceses divididas, em razão de serem muito desiguaes os seus arceprestados ou arcediagados.

8. Supplica outrosim o mesmo Senhor a Sua Santidade seja servido conceder ao sobredito Delegado todos os amplos poderes que necessarios lhe forem: *Primò*, para eleger entre os templos da nova cidade de Pinhel aquelle que fôr mais decoroso: *Secundò*, para o ampliar e lhe unir por compra as casas que forem mais dignas de se estabelecer nellas o palacio episcopal, applicando para isso dos rendimentos da nova massa episcopal e capitular as porções que se fizerem precisas: *Tertiò*, para estabelecer o ser-

viço do côro e da igreja naquelle numero de dignidades, Conegos, meios Conegos e Capellães, que as rendas da mesma cathedral podérem permitir: *Quartò*, para estabelecer nos fructos e nos rendimentos dos sobreditos interessados nelles aquella proporção, que segundo as ditas differentes gradações lhe parecer mais justa: *Quintò*, para que o mesmo Delegado obre tudo o referido com conselho e consentimento de Sua Magestade.

9. Ultimamente a nomeação de todas as dignidades e coneziias deste bispado devem sempre ser da nomeação de Sua Magestade, como nos outros bispados de Portalegre, Leiria e Miranda, nos tempos em que foram novamente creados e desmembrados das suas antecedentes dioceses, se estabeleceo a favor dos Senhores Reys, que impetraram aquellas divisões.

Deos guarde a V. S.ª//

Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 5 de março de 1770.

*Conde de Oeyras*

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 266-267.

NOTA — Tendo el-Rei apresentado para Bispo de Pinhel o P.º João Rafael de Mendonça, e tendo este sacerdote sido promovido a Bispo do Porto antes da sua confirmação, foi el-Rei servido apresentar para Bispo de Pinhel ao Dr. Cristóvão de Almeida Soares de Brito.

19

*DECRETO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PINHEL*  
(21-6-1770)

Lamacensis et Visensis Dismembrationis, et Erectionis  
in Episcopatum Pinellensem.

Quum Excellentissimus D. Commendator Franciscus de Almada, et Mendonza, Minister Plenipotentarius Serenissimi Iosephi Regis Fidelissimi apud Sanctam Sedem, nomine ejusdem Majestatis Suae SS.ºº Domino Nostro humiliter exposuerit, quod cum Episcopatus Lamacensis existens in Provincia de Bejra a Civitate Lamacensi usque ad Terram de Feira finitimam cum Episcopatu Portugallensi complectatur per extensum triginta

grandes leucas, et ab ipsa Civitate ex parte superiori de Douro se extendat per alias similes octodecim leucas usque ad Villam Novam de Foscoa, et ab ista comprehendendo singulas Terras de Riba Coa, quae Episcopatus novus denominatur, et se protendendo ultra sexdecim leucas, pertingat usque ad Alfayates <sup>(1)</sup>, et ad Sabugal, et ex parte Orientali sit conterminus Regno de Leão, ex parte vero meridionali fines habeat cum Episcopatu Visensi, et Villa nuncupata Nostrae Dominae de Lapa sibi sit pro limitibus.//

In hujusmodi autem extensione comprehendantur 286, sive 291 Parochiales, sive Loca sub Parochialium hujusmodi vocabulo in quatuor Visitas nuncupatas divisas seu divisa, unam videlicet de Riba Coa cum 50 Parochialibus, aliam intra Coa et Tavora cum 83 Parochialibus, et reliquam in Terris de Riba Douro cum Parochialibus 66.//

Alter vero Episcopatus Visensis, cujus Ecclesia in praesens vacat, et ipse in eadem Provincia de Beira existens, dictoque Episcopatu Lamacensi finitimus, pariter amplam et deformem habeat extensionem, continentem octo Archipresbyteratus, sive Archidiaconatus, qui Comarchae vel Districtus sunt, complectentes 287, sive 290 Parochiales, sive Loca sub eodem vocabulo Parochialium, unum nempe Civitatis Visensis cum suo Districtu, Parochiales 46; alium de Besteiros, Parochiales 33; alium de La Foens, Parochiales 43; alium de Moens, Parochiales 24; alium de Pena Verde, Parochiales 49; alium de Trancoso <sup>(2)</sup>, Parochiales 44; alium de Pinhel, Parochiales 30; et reliquum de Castello Mendo, Parochiales 18.//

Ipse autem Serenissimus Rex justis de causis adductus, et praesertim ob utriusque Episcopatus Lamacensis et Visensis notabilem amplitudinem, et extensionem, per quam uterque Episcopus munus suum fungi nequit non sine illarum animarum incommodo, in Civitatem declaravit Villam de Pinhel populo refertam, eodem tamen nomine hucusque habito, praeservato, in qua sex Parochiales enumerantur, pluresque nobiles Familiae. Ac proinde idem Excellentissimus D. Commendator Franciscus de Almada, nomine ejusdem Majestatis Suae, Sanctitate Suae humiles preces porrexerit, ut in ea Villa in Civitatem declarata, unam Ecclesiam Cathedrali auctoritate Apostolica erigere dignaretur, eadem Sanctitas Sua benigne annuendo piis, rationabilibusque dicti Serenissimi Regis Fidelissimi votis, Motu Proprio, de ipsius Majestatis Suae consensu, et respective moderni Episcopi Lamacensis praestito, sin minus coram infrascripto Exequutore Literarum Apostolicarum praestando, eoque irrationabiliter dene-

(1) No texto lê-se: Alfayades.

(2) No texto lê-se: Francozo.

gato, supplendo, dismembravit a respectivis Diaecesibus utriusque Ecclesiae Lamacensis et Visensis, quarum utraque de Jurepatronatus ejusdem Serenissimi Regis existit, a Diaecesi Lamacensi videlicet Loca sive Terras, ac quaecumque Beneficia, quae comprehenduntur in praedictis duabus Visitis de Riba Coa, et intra Coa et Tavora continentibus insimul 133 Parochiales, sive Loca. A Diaecesi vero Visensi, eandem Villam nunc Civitatem de Pinhel, nec non tres ex dictis octo Archipresbyteratibus sive Archidiaconatibus aut Comarchis vel Districtibus, unum scilicet, seu unam ejusdem Villae de Pinhel, nunc Civitatis, cum 30 Parochialibus sive Locis, alium seu aliam de Trancozo, cum Parochialibus 44; ac reliquum seu reliquam de Castel[o] Mendo, cum Parochialibus 18, in totum Parochiales sive Loca 225, sitas seu sita in earum seu eorum majori parte in Territoriis minoris faecunditatis, et majoris paupertatis, remanentibus Episcopatu Lamacensi Parochialibus sive Locis 153, sive 158, positis in Territoriis fertilibus et pinguioribus ipsius Provinciae. Episcopatu vero Visensis, Parochialibus sive Locis 195, sive 198, in aliis Territoriis etiam faecundis et abundantibus in praesenti dismembratione non comprehensi.//

Et insuper Sanctitas Sua suppressit ex nunc, prout ex tunc, et cum primum vacaverit, unam ex praedictis sex Parochialibus in eadem Villa, nunc Civitate de Pinhel existentibus, quam infrascriptus Exequutor, ut infra deputandus, existimaverit aptiorem et decentiorem pro meliori Divino Servitio in ea, ut infra in Cathedrali erigenda ab infra praedictis futuris illius Capitularibus praestando, absque tamen ullo praejudicio moderni illius Rectoris, cui, ejus vita naturali durante, seu donec et quousque ipse modernus Rector de aliis redditibus ecclesiasticis cum eadem Parochiali suppressa, compatibilibus sive incompatibilibus canonice provisus fuerit, remanere debebunt integri omnes illius fructus. Illamque sic suppressam erexit in Ecclesiam Episcopalem sub eodem Titulo quem dicta Parochialis suppressa in praesens habet, sive alio Titulo ad libitum dicti Serenissimi Regis designando, pro uno Episcopo Pinhelensem nuncupando, qui omnibus Episcopalibus insigniis et honoribus Episcopis de jure competentibus gaudeat.//

Et pro ejus Diaecesi assignavit dictam Civitatem de Pinhel, ubi residet, ad quem effectum emi omnino debeant Domus, quae erunt digniores pro stabiliendo Palatio Episcopali; et ulterius Loca, quae comprehenduntur in dictis duabus Visitis de Riba Coa, et de intra Coa e Tavora, ac praedictos tres Archipresbyteratus seu Archidiaconatus aut Comarchas vel Districtus de Pinhel et de Trancozo, ac de Castel[o] Mendo, ut praeferat, dismembrata et dismembratos cum omnibus et singulis Ecclesiis, Vi-

cariis, Paraeciis, Beneficiis, Monasteriis, Conventibus, Clero, Personis Saeularibus et Regularibus in eis respective existentibus et commorantibus, ita ut totum id quod a praedictis duabus Diaecesibus Lamacensi et Visensi, ut praefertur, dismembratum, remaneat imposterum subjectum Episcopo Pinhelensem, prout antea fuit subjectum duobus respective Episcopis Lamacensis et Visensis, quibus et utrique eorum Jurisdictio, Episcopo Lamacensi videlicet super aliis duabus Visitis de Serra Nostrae Dominae de Lapa, cum Parochialibus sive Locis 87, et de Riba Douro cum Parochialibus sive Locis 66.//

Episcopo vero Visensi super reliquis quinque Archipresbyteratibus sive Archidiaconatibus aut Comarchis vel Districtibus, nempe ipsius Civitatis Visensis cum Parochialibus sive Locis 46, et de Besteiros cum Parochialibus sive Locis 33, et de [La] Foens cum Parochialibus sive Locis 43, et de Moens cum Parochialibus sive Locis 24, et de Pena <sup>(3)</sup> Verde cum Parochialibus sive Locis 49, sub praesenti dismembratione minime comprehensis, illaesa ut antea respective remanebit.//

Et eadem Sanctitas Sua subjecit dictam Ecclesiam Pinhelensem Archiepiscopo Bracharensi tamquam Archiepiscopali Ecclesiae Bracharensis Suffraganeam, eisdem modo et forma quibus Ecclesiae Lamacensis et Visensis nunc suffragantur. Et ut dicta Ecclesia Pinhelensis suum proprium habeat Capitulum, in ea etiam erexit illum numerum Dignitatum, Canonicatum, dimidiorum Canonicatum, et Cappellaniarum sub suis tamen congruis, et convenientibus, ac a jure approbatis respective denominationibus, titulis et invocationibus, quem infrascripti redditus applicandi permittent, et applicavit pro Dote Ecclesiae Episcopalis, ac ut praefertur, erectarum et erectorum Dignitatum, Canonicatum, et dimidiorum Canonicatum, ac Cappellaniarum, redditus provenientes ex effectibus ut supra dismembratis, et ulterius ex nunc prout ex tunc etiam redditus dictae Parochialis suppressae, et in Cathedrali erectae, per infrascriptum Exequutorem Literarum Apostolicarum assignandos.//

Et eadem Sanctitas Sua reservavit etiam pro hac prima vice Juspatronatus Regium, tam super nova Cathedrali, quam ut praefertur, erectis Dignitatibus, Canonicatibus, dimidiis Canonicatibus, et Cappellaniis favore dicti Serenissimi Regis et Succesorum; cum facultate Capitulo novae Cathedralis condendi Statuta, et gaudendi privilegiis ad instar aliarum Cathedralium Regni Portugalliae, non tamen titulo oneroso acquisitis; ac deputavit in Exequutorem Literarum Apostolicarum Antonium Bonifacium Coe-

(3) No texto lê-se: Pina.

lho, de consilio dicti Serenissimi Regis, in Sacris Canonibus Doctorem per Vniversitatem Colimbriensem, et Deputatum S. Officij per Inquisitionem Lisbonensem, ac Provisorem atque Vicarium Generalem Patriarchatus Lisbonensis, qui habeat omnimodam facultatem et auctoritatem statuendi Divinum Servitium in nova Cathedrali, ejusque Choro praestandum, et numerum illius Capitularium juxta redditus applicatos, et firmandi fructus tam novae Cathedralis, quam futurorum Capitularium in ea proportione, ac differenti gradu, quem ipse justius existimaverit, cum omnibus aliis facultatibus necessariis et opportunis, ad effectum agendi quidquid sibi expediens, et consentaneum videbitur, etiamsi in Literis Apostolicis facta non fuerit expressa mentio pro praesentis gratiae executione; omnia tamen cum consilio et consensu Dicti Serenissimi Regis.//

Et quoniam ignoratur quaenam esse debeat Parochialis suppressa, et in Cathedrali, ut praefertur, erecta, ac quales et quanti sint ejus fructus certi, quorum ratione, cum ita fuerit, esset subjecta solutioni dimidiae Annatae in Cancellaria Apostolica, ac etiam ratione praedictae perpetuae applicationis illius fructuum solutioni Quindenniorum, praemissis non obstantibus, perpetuo exemit dictum futurum et pro tempore existens Capitulum Pinhelensem, a solutione dictorum Quindenniorum, cum derogationibus necessariis et opportunis, et praesertim consensus Administratorum seu Deputatorum Ecclesiae Visensis, in praesens, ut praefertur, vacantis, ac moderni Episcopi Lamacensis, quatenus praestitus non fuerit, seu irrationabiliter denegetur, necnon quatenus opus sit, dictorum Capitulum Lamacensis et Visensis, cum Decreto, quod Taxa Ecclesiae Pinhelensis describi debeat proportionabiliter, videlicet, in una parte unius ex tribus tertiis, quae ab Ecclesia Lamacensi ac in altera parte etiam unius ex tribus tertiis, quae ab ipsa Ecclesia Visensi respective dismembrantur, in totum in Florenos 900, et Taxa dictarum Ecclesiarum dismembratarum, scilicet Lamacensis, quae in Florenos 300, et Visensis, quae in Florenos 2400 in dictis Libris Camerae Apostolicae ad praesens respective descriptae reperiuntur, minui et reduci debeant, et in eisdem Libris illarum respective Taxae Lamacensis, videlicet in Florenos 200, et Visensis Ecclesiarum in Florenos 1600 de novo respective describantur.//

Dummodo tamen infra sex menses a data praesentis Decreti decurrendos, sive infra terminum ante eorum lapsum prorogandum, expediantur desuper Literae Apostolicae concessionis hujusmodi, praeseferentes Datam presentium, a qua suum habeant effectum, quamvis praecesserit interim provisio Ecclesiae Visensis actu vacantis, seu etiam quaelibet Apostolica dispositio super Ecclesia Lamacensi, absque ulla mentione sequutae res-

pective Dismembrationis, solutaque insuper fuerit integra illius seu illarum Ecclesiarum Taxa, non obstante diminutione, ut praefertur, concessa; alias concessio hujusmodi ipso facto nulla et irrita remaneat sine ulteriori expressa revocatione et declaratione; ipsique tunc Episcopi Visensis et Lamacensis continent in possessione ut antea sui respective Territorij, ac si Dismembrationes praefatae haud concessae fuissent.//

Eademque Sanctitas Sua mandavit expediri Literas Apostolicas hujusmodi concessionis in forma Brevis sub Annulo Piscatoris, attentis peculiaribus circumstantiis animum suum moventibus, ea tamen lege, ne transeat in exemplum, nec pro exemplo omnino allegari valeat, et hujusmodi Decretum referri inter Acta Sacrae Congregationis Consistorialis.//  
Datum Romae die 21 Junij 1770.

a) M. Gallo, Sac. Cong.<sup>nia</sup> Consist. Sec<sup>arius</sup>

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta S. C. Consistorialis*, 1770, fls. 484-489v.

NOTA — O Comendador e Ministro Plenipotenciário Francisco de Almada e Mendonça, fez a sua exposição à Santa Sé, em nome de el-Rei, a pedir a criação da diocese de Pinhel. O documento não está datado. — *Ibidem*, fls. 490-494.

Porque este documento é substancialmente idêntico ao precedente, temos por escusada a sua publicação.

20

*BREVE DA DESMEMBRAÇÃO E EREÇÃO  
DO BISPADO DE PINHEL (10-7-1770)*

Clemens PP. XIV

Ad perpetuam rei memoriam

Apostolicae Sedi nullis suffragantibus meritis, ita patre luminum disponente, praepositi, ad universum Dominicum gregem Nostrae commissum curae, solita mentis acie circumspectantes, in iis, quae ejusdem gregis majori foecunditati praefuturum esse dignoscimus opem, ac operam Nostram libentissime impertimur, ac propterea novas sedes, novosque pastores instituimus, ut facilius oves ipsas spiritualibus proficiant incrementis, praesertim dum sublimium et excelsorum regum desideria id exposcant, consideratisque locorum, personarum et temporum qualitatibus, hoc expedire animadvertimus.

Nuper siquidem nomine carissimi in Christo filii Nostri Josephi, Portugalliae et Algarbiorum regis fidelissimi, Nobis exposuit dilectus filius Franciscus de Almada et Mendoza, commendator militiae Domini Nostri Jesu Christi, et ipsius Josephi regis apud Nos et hanc sanctam Sedem minister plenipotentarius, quod cum episcopatus Lamacensis existens in provincia de Beira a civitate Lamacensi usque ad terram de Feira finitimam cum episcopatu Portugallensi, complectatur per extensum triginta grandes leucas, et ad ipsa civitate ex parte superiori de Douro se extendat per alias similes octodecim leucas usque ad Villam Novam de Foscoa, et ab ista comprehendendo singulas terras de Riba Goa, quae episcopatus novus denominatur, et se protendendo ultra sexdecim leucas, pertingat usque ad Alfayates <sup>(1)</sup> et ad Sabugal, et ex parte orientali sit conterminus regno de Leão, ex parte vero meridionali fines habeat cum episcopatu Visensi et villa nuncupata Nostrae Dominae de Lapa sit pro limitibus: in hujusmodi autem extensione comprehendantur biscentum octuaginta sex, sive biscentum nonaginta et una parochiales sive loca sub parochialium hujusmodi vocabulo, in quatuor visitas nuncupatas divisas, seu divisa, unam videlicet de Riba Coa cum quinquaginta parochialibus, alteram intra Coa et Tavora cum octuaginta tribus parochialibus, tertiam de Serra Nostrae Dominae de Lapa cum octuaginta septem parochialibus, et quartam in terris de Riba Douro cum sexaginta sex parochialibus.

Alter vero episcopatus Visensis in eadem provincia existens, dictoque episcopatu Lamacensi finitimus, pariter amplam habeat extensionem continentem octo archipresbyteratus, sive archidiaconatus, qui comarchae vel districtus sunt, complectentes biscentum octuaginta septem, sive biscentum nonaginta parochiales sive loca sub eodem vocabulo parochialium, unum semper civitatis Visensis cum suo districtu parochiales quadraginta sex, alterum de Besteiros parochiales triginta tres, tertium de Lafoens <sup>(2)</sup> parochiales quadraginta tres, quartum de Moens parochiales virginti quatuor, quintum de Penaverde parochiales quadraginta novem, sextum de Trancozo parochiales quadraginta quatuor, septimum de Pinhel <sup>(3)</sup> parochiales triginta, et octavo de Castello Mendo parochiales decem et octo: ipse itaque Josephus rex <sup>(4)</sup> justis de causis adductus, praecipue vero ob utriusque episcopatus Lamacensis et Visensis notabilem amplitudinem et extensionem, per quam uterque episcopus munus suum fungi nequit, No-

(1) No texto, erròneamente: Alfaydes.

(2) No texto, erròneamente: la Foens.

(3) No texto, erròneamente: Dinhel.

(4) No texto, erròneamente: sex.

bis humiliter supplicari fecit, ut novam episcopalem sedem in villa de Pinhel erigere, atque instituire, ac alias desuper opportune providere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur ipsius Josephi regis pium desiderium quam maxime in Domino commendantes, ipsiusque votis libenti animo volentes annuere, motu proprio, et ex certa scientia, ac matura deliberatione Nostris, deque apostolicae potestatis plenitudine, ad id accedente consensu ipsius Josephi regis, et moderni episcopi Lamacensis, ab eodem episcopo praestito, sin minus, coram infrascripto executore praesentium Nostrarum literarum praestando, eoque irrationabiliter denegato, supplendo, a dioecesibus utriusque ecclesiae Lamacensis et respective Visensis, quarum utraque de jure patronatus ejusdem Josephi regis existit, nemque a dioecesi Lamacensi loca sive terras, ac quaecumque beneficia, quae comprehenduntur in praedictis duabus visitis de Riba Coa, et intra Coa et Tavora, continentibus insimul centum triginta tres parochiales sive loca; a dioecesi vero Visensi eandem villam de Pinhel, nec non tres ex dictis octo archipresbyteratibus, sive archidiaconatibus, aut comarchas, vel districtibus, unum scilicet, seu unam ejusdem villae de Pinhel cum triginta parochialibus sive locis, alterum sive alteram de Trancozo cum parochialibus quadraginta quatuor, ac tertium seu tertiam de Castello Mendo cum parochialibus decem e octo, in totum parochiales sive loca biscentum vigintiquinque, sitas seu sita in earum sive eorum majori parte in territoriis minoris foecunditatis, et maioris paupertatis, quarum seu quorum respective territoria et confines, praesentibus haberi volumus pro expressis, cum omnibus et singulis ecclesiis, monasteriis, cappellis et aliis ecclesiasticis et piis locis, necnon populo, incolis, habitatoribus, caeterisque ecclesiasticis et saecularibus personis, rebus quoque et bonis earum sive eorum ibidem consistentibus (firmis remanentibus episcopatu Lamacensi parochialibus sive locis centum quinquaginta tribus, sive centum quinquaginta et octo positis in territoriis fertilibus et pinguioribus ipsius provinciae; episcopatu vero Visensi parochialibus sive locis centum nonaginta quinque, sive centum nonaginta et octo in aliis territoriis fertilibus, foecundis quoque et habundantibus) ab episcopali jurisdictione, superioritate, subjectione, visitatione, correctione et potestate venerabilium fratrum Feliciani et Francisci modernorum et pro tempore existentium episcoporum Lamacensis et Visensis prorsus eximimus, et perpetuo dismembramus, ipsamque villam de Pinhel populo refertam, eodem tamen nomine hucusque habito praeservato, in qua parochiales sex numerantur, pluresque nobiles familiae, in civitatem erigimus, et civitatem esse, ac perpetuis futuris temporibus nuncupari debere decernimus;

necnon unam et praedictis sex parochialibus in eadem villa in civitatem erecta de Pinhel existentibus, quam idem executor praesentium Nostrarum literarum aptiorem et decentiorem pro meliori divino servitio in ea a futuris illius capitularibus infrascriptis praestando existimaverit, ex nunc, prout ex tunc, et cum primum vocaverit, absque tamen ullo praejudicio moderni illius rectoris, cui, et ejus vita naturali durante, seu donec et quousque ipse medernus rector de aliis redditibus ecclesiasticis cum eadem parochiali compatibilibus, canonice provisos fuerit, remanere debent integri omnes illius fructus, motu, scientia et potestatis plenitudine paribus suprimimus, eamque sic suppressam in ecclesiam cathedralem sub eodem titulo, quem dicta ecclesia parochialis, ut praefertur, suppressa in praesens habet, sive sub alio ejusdem Josephi regis arbitrio designando titulo, cum omnibus praeeminentiis, praerogativis cathedrali ecclesiae congruentibus, pariter erigimus, et episcopalis dignitatis honore ac titulo insignimus.

Dictamque cathedralem ecclesiam erigimus pro uno episcopo Pinhelensi nuncupando, qui ei praeesse valeat, et prodesse, omnibusque insigniis episcopalibus et honoribus episcopis de jure competentibus uti, frui, et gaudere possit; ac eidem sic erectae ecclesiae Pinhelensi ipsam villam in civitatem, ut praefertur, erecta, pro civitate, in qua pro tempore existens episcopus residebit; et pro hujusmodi effectu emendae omnino erunt domus, quae digniores sint pro stabiliendo palatio episcopali, necnon pro ejusdem ecclesiae Pinhelensis dioecesi loca, quae comprehenduntur in dictis duabus visitis de Riba Coa, et intra Coa et Tavora, ac praedictos tres archipresbyteratus, sive archidiaconatus, aut comarchas, vel districtus de Pinhel et de Trancozo, ac de Castello Mendo, ut praefertur, dismembrata, et dismembratos, cum omnibus et singulis ecclesiis, vicariis, paroeciis, beneficiis, monasteriis, conventibus, clero, personis saecularibus et regularibus in eis respective existentibus et commorantibus, motu, scientia et potestatis plenitudine paribus etiam perpetuo concedimus, tribuimus et assignamus.

Et totum id, quod a praedictis duabus dioecesibus Lamacensi et Visensi, ut praefertur, dismembratum fuit, episcopo Pinhelensi quoad episcopalem jurisdictionem et superioritatem, prout antea fuit subjectum duobus respective episcopis Lamacensi et Visensi, quibus, et utrique eorum jurisdictio episcopo Lamacensi videlicet super aliis duobus visitis de Serra Nostrae Dominae de Lapa, cum parochialibus sive locis octuaginta septem, et de Riba Douro cum parochialibus sive locis sexaginta sex; episcopo vero Visensi super reliquis quinque archipresbyteratibus, sive archidiacono-

natibus, et de Lafoens<sup>(5)</sup> cum parochialibus sive locis quadraginta tribus, et de Moens cum parochialibus sive locis viginti quatuor, et de Penaverde<sup>(6)</sup> cum parochialibus sive locis quadraginta novem, sub praesenti dismembratione minime comprehensis, illaesa ut antea respective remanebit, perpetuo pariter subicimus, ipsamque ecclesiam Pinhelensem quoad metropolitica jurisdictionem et superioritatem pro tempore existenti archiepiscopo Bracharensi, tamquam archiepiscopali ecclesiae Bracharensi suffraganeam, eisdem modo et forma, quibus ecclesia Lamacensis et Visensis nunc suffragantur pariter subjicimus, ac respective esse debere decernimus, ac declaramus; nec non insuper, ut praedicta ecclesia Pinhelensis suum proprium habeat capitulum, illum numerum dignitatum, canonicatum, dimidiorum canonicatum et cappellaniarum sob suis tamen congruis et convenientibus, ac a jure approbatis respective denominationibus, titulis et invocationibus, quem infradicendi redditus applicandi permittent, etiam erigimus, et instituimus; pro dote vero ejusdem ecclesiae episcopalis Pinhelensis, ac, ut praefertur, erectarum et erectorum dignitatum, canonicatum, dimidiorum canonicatum et cappellaniarum redditus provenientes ex effectibus, ut supra dismembratis, et ulterius ex nunc, prout ex tunc, etiam redditus dictae parochialis suppressae et in cathedralem erectae, ab eodem exequutore assignandos concedimus.

Eidemque praeterea Josepho regi, ejusque successoribus Portugalliae et Algarbiorum regibus fidelissimis, regium juspatronatus tam super nova cathedrali praedicta Pinhelensi, quam super dignitatibus, canonicatibus, dimidiis canonicatibus et cappellaniis, ut praefertur, erectis, etiam pro hac prima vice, ac perpetuo reservamus et concedimus.

Atque insuper futuro ejusdem novae cathedralis capitulo plenam et omnem facultatem quaecumque necessaria et opportuna, ordinationes et decreta, licita tamen et honesta, ac sacris canonibus, praesertim vero concilii Tridentini decretis, et constitutionibus apostolicis non contraria condendi et edendi, ac condita et edita, pro temporum et rerum varietate et qualitate mutandi, limitandi, corrigendi, declarandi, interpretandi, ac in meliorem formam redigendi, seu alia de novo, etiam integre, condendi, et edendi tribuimus et impertimur. Nec non dignitates in memorata ecclesia Pinhelensi obtinentibus, ac capitulo et canonicis ejusdem ecclesiae aliisque capitulis et ecclesiae hujusmodi personis et ministris pro tempore existentibus, ut omnibus et singulis praeminentiis praerogativis, facultatibus, indultis, favoribus, gratiis et privilegiis, quibus aliarum ecclesiarum cathe-

(5) No texto, errõneamente: Foens.

(6) No texto, errõneamente: Pinaverde.

dralium regni Portugalliae dignitates obtinentes, capitula et canonici fruuntur, potiuntur et gaudent, ac (exceptis privilegiis titulo oneroso acquisitis) uti, frui, potiri et gaudere possunt et poterunt in futurum, pari modo uti, potiri et gaudere libere et licite possint et valeant concedimus et indulgemus.

Quocirca dilecto filio Antonio Bonifacio Coelho, ejusdem Josephi regis consiliario, juris canonici pro universitate Colimbriensi doctori, et deputato sancti Officii ab Inquisitione Lisbonensi, ac provisorio et vicario generali patriarchatus Lisbonensis, quem in executorem praesentium Nostrarum literarum deputamus, plenam, liberam, amplam ac omnimodam facultatem et auctoritatem pro spirituali, et dignitatum, capituli et canonicorum hujusmodi directione et regimine, ac onerum illis incumbentium supportatione, missarum, horarum canonicarum, divinorum, tam diurnorum quam nocturnorum officiorum, processionum, funeralium ac anniversariorum celebratione, aliisque divinum servitium in eadem cathedrali ecclesia respicientibus, quae sibi necessaria et opportuna visa fuerint, statuendi et decernendi, numerumque capitularium hujusmodi juxta redditus applicatos constituendi, et fructus tam futurae novae cathedralis ecclesiae praedictae, quam futurorum capitularium hujusmodi proportionabiliter, et juxta gradus cujusque differentiam, prout ipse justius judicabit, assignandi, omniaque alia et quaecumque tam in praemissis quam circa earundem praesentium executiones et effectum quomodolibet necessaria et opportuna agendi, faciendi et quidquid sibi expediens et consentaneum videbitur, etiamsi in praesentibus expressum minime sit (cum consilio tamen in omnibus, et consensu ejusdem Josephi regis) gerendi, eisdem motu, scientia et potestatis plenitudine concedimus, tribuimus et impertimur.

Et quoniam ignoratur quaenam esse debeat ecclesia parochialis suppressa in cathedralem, ut praefertur, erecta, quique et quanti sint fructus certi, quorum ratione esset subjecta tam solutioni dimidiae annatae in cancellaria apostolica, quam etiam ratione praedictae perpetuae applicationis illius fructuum solutioni quinquenniorum: hinc Nos praemissis omnibus et singulis minime obstantibus, capitulum dictae ecclesiae cathedralis Pinhelensis, ejusque pro tempore existentes canonicos a solutione quinquenniorum hujusmodi perpetuo eximimus et liberamus, ac pro exemptis et liberatis haberi volumus et mandamus.

Decernentes easdem praesentes literas, et in eis contenta quaecumque ullo umquam tempore de subreptionis vel obreptionis, aut quovis alio defectu, eitam ex eo, quod causae propter quas praesentes emanarunt coram Nobis, vel alibi verificatae, et dilecti filii administratores seu depu-

tati, sive capitulum et canonici ecclesiae Visensis, necnon modernus episcopus Lamacensis, ejusque ecclesiae capitulum et canonici, aliique in praemissis interesse habentes, seu habere praetendentes ad id invocati, citati, auditique non fuerint, et praemissis non consenserint, ac moderni episcopi Lamacensis praedicti consensus praestitus non sit, seu irrationabiliter, ut praefertur, denegatus, aut alio quovis defectu notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus vel controversiam vocari, ad terminos juris reduci, remedium impetrari, vel sub quibusvis similium vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, aut aliis contrariis dispositionibus, etiam per quascumque constitutiones apostolicas, aut cancellariae apostolicae regulas quaecumque, etiam in crastinum assumptionis successorum Nostrorum ad summi apostolatus apicem, vel alias quaecumque editas, seu sub quibusvis tenoribus et formis emanatas, et in posterum emanandas nullatenus comprehendi, seu semper ab illis exceptas, et quoties illae emanabunt, toties in pristinum, et validissimum statum, etiam sub quacumque posteriori data per pro tempore existentes episcopum, ac dignitates, capitulum et canonicos ecclesiae Pinhelensis hujusmodi eligenda, restitutas, repositas, et plenarie reintegratas, ac de novo concessas, semperque validas esse et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere, nec non episcopo, dignitatibus, capitulo et canonicis ecclesiae Pinhelensis hujusmodi pro tempore existentibus perpetuo suffragari.

Sicque et non aliter per quoscumque iudices ordinarios vel delegatos quavis auctoritate fungentes, sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate, iudicari et definiri debere, ac si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari, irritum et inane decernimus.

Non obstantibus Nostris et ejusdem cancellariae apostolicae regulis de gratiis, indultis et indulgentiis ad instar non concedendis, ac de exprimendo vero annuo valore, ac de unionibus committendis ad partes, vocatis quorum interest, ac Lateranensis concilii novissime celebrati, uniones perpetuas, non nisi in casibus a jure permissis fieri prohibentis, et quibusvis apostolicis, nec non synodalibus, provincialibusque et generalibus conciliis editis vel edendis constitutionibus: quibus omnibus et singulis, etiamsi de illis eorumque totis tenoribus specifica et expressa, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes expressio ad hoc servanda foret, illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque.

Volumus autem, quod taxa ecclesiae Pinhelensis describi debeat proportionaliter, videlicet in una parte unius ex tribus tertiis, quae ad eccle-

siam Lamacensem, ac in altera parte etiam unius ex tribus tertiis, quae ab ecclesia Visensi respective dismembrantur in totum in florenis noningentis; et taxa dictarum ecclesiarum dismembratarum, scilicet Lamacensis, quae in florenis tercentum, nec non Visensis, quae in florenis bismille quadringentis in dictis libris modo respective descriptae reperiuntur, minui et reduci debeant, et in iisdem libris illarum respective taxae, Lamacensis videlicet in florenis mille sexcentum de novo respective describantur; quodque attentis peculiaribus circumstantiis, praesens hac gratia, utpote per Nostras literas in forma Brevis concessa, minime transeat in exemplum, nec pro exemplo allegari omnino valeat.//

Datum Romae, apud sanctam Mariam majorem, sub annulo piscatoris, die decima julii millesimo septingentesimo septuagesimo, pontificatus Nostri anno secundo.

BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Prati, MDCCCXLV, Tomus Quintus, p. 213-217. — BULLARII ROMANI CONTINUATIO, Romae, 1841, Tomus Quartus, p. 206-210.

## 21

*CÉDULAS CONSISTORIAIS DOS BISPOS DE PINHEL*

*D. João Rafael de Mendonça*

(17-6-1771)

Romae, In Palatio Apostolico Quirinali. Feria II, Die XVII Junij 1771, fuit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimus Dominus Noster [...] providit Ecclesiae Pinelensi, ab eadem Sanctitate Sua nuper in Cathedrali erecta, a primaeva erectione vacanti, de persona R. Joannis Raphaelis de Mendo[n]ça, Presbyteri Lisbonensis, Monachi Congregationis S. Hieronymi expresse professi, Sacrae Theologiae Magistri emeriti. Fidem etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum decreto, quod nec munus Consecrationis suscipere, neque ullum Ordinis et Jurisdictionis actum exercere valeat, donec et quousque Litterae Apostolicae super dismembratione, as-

signatione et erectione hujusmodi jam expeditae, suum sortitae fuerint plenarium effectum. Absoluens, etc. Cum clausulis, etc.

Taxa: Fl. 900.

Fructus adhuc exprimi nequeunt.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 37, fls. 127 (olim 88).

## 22

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE D. CRISTÓVÃO DE BRITO  
(29-4-1772)

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. O vosso devoto e obediente filho Dom Joseph, por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc., com toda a humildade envia beijar seus santos pés.//

Muito Santo em Christo Padre, e muito beaventurado Senhor. Devendo prover-se de Pastor o bispado de Pinhel, que vagou pela promoção do Bispo daquella diocese Dom Frey João Raphael de Mendonça ao bispado do Porto, nomeio e apresento a Vossa Santidade para o dito bispado de Pinhel a Christóvão de Almeida Soares de Brito, Doutor em canones, Conego Doutoral da Santa Igreja Cathedral de Coimbra, Deputado do Santo Officio da mesma cidade, e Lente de vespera de canones na Universidade de Coimbra, tendo por certo das suas virtudes, letras e mais qualidades que nelle concorrem, que acudirá ás obrigações daquelle bispado como convem ao serviço de Deos e bem espiritual das almas que lhe estão sujeitas, para que Vossa Santidade lhe mande passar as suas letras apostolicas, nas quaes se faça expressa menção desta minha nomeação e apresentação, e se declare o direito do padroado que na mesma Igreja me compete, na fórmula que da minha parte mais particularmente exporá a Vossa Santidade o meu Ministro Plenipotenciario nessa Côrte.//

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor, Nosso Senhor por largos tempos conserve a pessoa de Vossa Santidade em seu santo serviço.

Escrepta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 29 de abril de mil setecentos setenta e dous.

[Autógrafo]: Muito obediente filho de Vossa Santidade//

[Lugar ✠ do selo]

El Rey

a) Marquez de Pombal

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 268.

22ª

*D. Cristóvão de Almeida e Brito*  
(8-3-1773)

Romae. In Palatio Apostolico Quirinali. Feria II. Die VIII Martij 1773, fuit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimus Dominus Noster [...] Ecclesiae Pinelensi adhuc ut prius ab ejus primaeva erectione vacanti, ex eo quod eadem Sanctitas Sua, in Suo Consistorio Secreto die 17 Junij anni proximi elapsi, in Episcopum eidem Ecclesiae praefecerit R. P. Joannem Raphaellem de Mendo[n]ça, et in subsequenti Consistorio habito die 29 Julij anni praedicti, eundem Joannem Raphaellem, qui neque munus Consecrationis susciperat, neque dictae Ecclesiae adeptus fuerat possessionem, a quocumque vinculo cum praefata Pinelense Ecclesia contracto absolvendo, ad Ecclesiam Portugallensem transtulerit, de persona R. Christophori de Almeida Soares (*sic*) et Brito, Presbyteri Bracharensis Dioecesis, in Jure Canonico Doctoris. Fidemque etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque praefatae Ecclesiae Pinelensi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum decreto, quod nec munus Consecrationis suscipere, neque ullum Ordinis et Jurisdictionis actum exercere valeat, donec et quousque Litterae Apostolicae super dismembratione, assignatione et erectione hujusmodi jam expeditae, suum sortitae fuerint plenum effectum, quodque Canonatus ac Doctoralis nuncupata praebenda,

quos in Colimbriensi Ecclesia obtinet, per hujusmodi provisionem vacent eo ipso. Absolvens, etc., cum clausulis, etc.

Taxa: Fl. 900.

Fructus adhuc exprimi nequeunt.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 37, fls. 216v-217 (olim 159v-160).

23

*D. José Pinto de Mendonça Arraes*  
(16-12-1782)

Romae, in Palatio Apostolico Vaticano. Feria II. Die XVI Decembris 1782, fuit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimum Dominus Noster.

Sanctitas Sua proponente, ad praesentationem Serenissimae Reginae Fidelissimae, providit Ecclesiae Pinelensi, vacanti per obitum bonae memoriae Christophori de Almeida Pereira (*sic*) et Brito, ultimi illius Episcopi, extra romanam Curiam defuncti, de persona R. P. Josephi Antonij Pinto de Mendonça Arraes, Presbyteri Colimbriensis Dioecesis, Patriarchalis Ecclesiae Lisbonensis Praesulis Mitrati, fidemque professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum dispensatione super defectu gradus, ac reservatione pensionis perpetuae quatuor millium cruciatorum monetae Lusitanae, ad favorem Sacrae Lisbonensis Inquisitionis contra hereticam pravitatem, accedentibus precibus atque consensu praedictae reginae, ejusque ac Successorum arbitrio distribuendae, ita tamen ut hujusmodi pensione perpetua, non obstante Taxa ejusdem Pinelensis Ecclesiae firma remaneat, et Litterae Apostolicae super reservatione ejusdem Pensionis expediantur per viam secretam, juxta Decretum ab eadem Sanctitate Sua approbatum, nec non cum Decreto, quod erigi quam primum curet Cathedralem Ecclesiam, Dignitates, Canonicatus, Seminarium, ac Montem Pietatis, quodque Praesentatus Mitratus, quem dictus Josephus Antonius in praedicta Patriarchali obtinet, hujusmodi provisionem vacet eo ipso.

Absolvens etc. Cum clausulis, etc.

Taxa: Fl. 900.

Fructus 20(000) circiter Cruciatorum monetae Lusitanae, nulla pensione antiqua gravati.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 39, fls. 236-236v (olim 451-452).

*D. Bernardo Bernardino Beltrão Freire*  
(18-12-1797)

Romae. In Palatio Apostolico Vaticano. Feria secunda. Die XVIII Decembris MDCCXCVII. Fuit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimus Dominus Noster.

Sanctitate Sua proponente, ad praesentationem Serenissimae Reginae Fidelissimae, providit Ecclesiae Pinhelensi, vacanti per translationem R. P. Josephi Antonii Pinto de Mendo[n]ça Arraes, ultimi illius Episcopi, ad Ecclesiam Egitionensem, de persona R. Bernardi Bernardini Beltrão Freire, Presbyteri Visensis Dioecesis, Ordinis Militaris Sancti Benedicti de Avis expresse professi, Sacrae Theologiae Magistri, fidem etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque praefatae Ecclesiae Pinhelensi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum dispensatione, super eo quod in Sacro Presbyteratus Ordine ante sex menses constitutus non existat, nec non cum Decreto, quod curet omnino erigi Cathedralem Ecclesiam, Dignitates, Canonicatus, Praebendas Theologalem et Poenitentiarum, ac Seminarium ad praescriptum Sacri Concilii Tridentini institui, Montemque Pietatis pariter erigi, ejus conscientiam super his onerando.// Absolvens etc., cum clausulis, etc.

Taxa: Flor. 900.

Fructus 32(000) circiter cruciatorum monetae Lusitanae, gravatis pensione perpetua 200 Cruciatorum similium.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 41, fls. 551.

*D. Leonardo Brandão*  
(17-12-1832)

Romae, in Palatio Apostolico Vaticano, fuit Consistorium secretum feria secunda, die decima septima Mensis Decembris, anno Domini 1832, et in eo Sanctitas Dominus Noster Gregorius XVI, Pontifex Maximus [...].

Sanctitate Sua proponente, ad praesentationem Serenissimi Domini Michaelis Primi, Portugalliae et Algarbiorum Regis Fidelissimi, providit

Ecclesiae Pinhelensi, vacanti per obitum bonae memoriae Bernardi Bernardini Beltrão, ultimi illius Episcopi, extra Romanam Curiam defuncti, de persona R. D. Leonardi Brandão, Presbyteri Lamacensis Dioecesis, Congregationis Oratorii S. Philippi Neri, fidem etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum dispensatione super defectu gradus Doctoratus, et cum Decreto quod quamprimum erectionem Cathedralis curet, Dignitates, Canonicatus, Praebendas Theologalem et Poenitentiarium, nec non Seminarium ad praescriptum Concilii Tridentini instituat, et alumnis provideat, Montemque Pietatis pariter erigat, ejus conscientiam super his onerando.//  
Absolvens, etc., cum clausulis, etc.

Taxa: Flor. 900.

Fructus 10(000) Cruciatorum monetae Lusitanae. Pensione perpetua 200 Cruciatorum similium gravati.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 56, fls. 165-165v.

*CARTA DO NÚNCIO AO SECRETÁRIO DE ESTADO*  
(16-7-1771)

E.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Signore Padrone Colendissimo.

Non doveva sospendere l'accaduto nel Consistorio dei 17 Giugno sull'articolo della vacante Chiesa di Pinhel. La decisa traslazione del nuovo Vescovo di Pinhel alla Chiesa di Porto segui in un tempo, che difficilmente poteva ricadere al momento da poter sospendere la prima nomina; perciò facilmente sono qui restati persuasi dell'inevitabile combinazione, come altrettanto sono restati penetrati di gratitudine all'eccessiva condiscendenza del S. Padre, impegnato a favorire le premure di questa Corte sino al punto di promoverne egli stesso il disbrigo. In tale occasione hò suggerito il sollectio rimpiazzo alla Sede di Pinhel, quale mancando al momento il nuovo destinato Vescovo, resta tuttora scordato nell'antica vacanza. Di questa rielessione dunque, come di altre occor[r]enti faccende hò

la lusinga, che me ne deriva dalle verbali officiose accoglienze ma non hò sufficiente fondamento a poterne assicurare l'ultimazione.

.....  
Lisbona, 16 Luglio 1771.

[Autógrafo]: Ven.<sup>mo</sup> div.<sup>mo</sup> et obbl.<sup>mo</sup> ser.<sup>ro</sup>

† Jnn. Arciv.<sup>o</sup> di Tiro.

ARQUIVO DO VATICANO — *Nunziatura di Portogallo*, vol. 119-A, fls. 130-130v.

27

CARTA DO NÚNCIO AO SECRETÁRIO DE ESTADO  
(23-7-1771)

E.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Signore Padrone Colendissimo

Ero veramente sorpreso nel sentire dall'ultimo dispaccio di V. E. che si fosse proceduto alla spedizione del Vescovato di Pinhel, non ostante l'anticipato avviso di doverla sospendere; contemporaneamente però mi giunge con Lettera del Signor Commendator Almada una contraria notizia, ed egli in sostanza mi assicura, che la Bolla del Vescovato di Pinhel resterà sospesa, non ostante la seguita p[r]econizzazione.

Non posso figurarmi equivoca la contradizione delle due notizie, e solo per non decidermi penso non farmene carico, se non quando mi toccasse sentir rimproveri sull'arbitrio preso di questa supposta duplicata spesa, perchè allora non solo ripeterci il dettaglio delle eccessive premure usate da N. S. nel momento che riseppe la novità occorsa, ma di più mi farei anche un dovere di far capire, che seppur ci fosse spesa inutilmente fatta, ciò è soltanto derivato dall'arbitrio de Commissionati, i quali avrebbero anzi disprezzato gli opportuni avvisi, che sonosi a loro comunicati in tempo a poter risparmiare spesa.

Per la nomina del nuovo Vescovo di Pinhel non posso far prognostici, ne sù la persona, ne sul disbrigo. Avvisai già coll'ultimo Dispaccio.

che qualche premura avevo fatto per sollecitarla, ma vedo l'affare fisicamente immaturo; onde non sò figurarmene prossima l'ultimazione.

Ciò è quanto devo sù tale articolo, e costantemente mi protesto.

Di V. E.

Lisbona, 23 Luglio 1771.

[Autógrafo]: Ven.<sup>mo</sup> div.<sup>mo</sup> et obbl.<sup>mo</sup> ser.<sup>re</sup>

† Jnn. Arciv.<sup>o</sup> di Tiro

ARQUIVO DO VATICANO — *Nunziatura di Portogallo*, vol. 119, fls. 198-200.

*CARTA AO BISPO DE PINHEL REMETENDO-LHE A BULA DE CONFIRMAÇÃO NA DIOCESE (11-9-1773)*

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor//

El-Rey meu Senhor manda remetter a V. Ex.<sup>a</sup> o breve incluso da confirmação que o Santo Padre Clemente XIV, ora presidente da universal Igreja de Deos, fez da nomeação e apresentação de Sua Magestade para o provimento do bispado de Pinhel na pessoa de Vossa Excellencia.

Ao mesmo tempo manda o mesmo Senhor remetter a Vossa Excellencia os breves das commissões e facultades espirituaes, que são do costume.

A todos os sobreditos breves há Sua Magestade por bem acordar o seu regio beneplacito e real auxilio, para que se possam dar á sua devida execução; com declaração, que a respeito da bulla do juramento deve Vossa Excellencia ficar na intelligencia de que, sendo elle muito justo e necessario para tudo o que respeita aos direitos do primado do Summo Pontifice, não seja nunca visto fazer o menor prejuizo aos da temporalidade da Corôa destes reinos, para desnaturalisar a Vossa Excellencia das obrigações de vassallo da mesma Corôa, e ficar pela degradação dellas inhabilitado

para possuir nos mesmos reinos os benefícios, que sómente são permittidos aos naturaes, como vassallos do mesmo Senhor.

Deos guarde a Vossa Excellencia//

Oeyras, em 11 de setembro de 1773.//

*Marquez de Pombal*

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 268.

*CARTA RÉGIA AO ARCEBISPO DE LACEDEMÓNIA SOBRE A EXECUÇÃO DA BULA DO BISPADO DE PINHEL (18-9-1773)*

Reverendo em Christo Padre Arcebispo de Lacedemonia, amigo.//

Eu El-Rey vos envio muito saudar, como áquelle de cujo virtuoso accrescentamento muito me prazeria. Tendo proposto ao Santo Padre Clemente XIV a erecção do novo bispado de Pinhel, separando-se para elle do bispado de Vizeu os districtos de Riba Côa e de Entre Côa e Tavora, mandou Sua Santidade expedir as letras apostolicas das ditas separações e erecções, na fórma que por mim lhe foram propostas, como vereis pelas mesmas letras que serão com esta, e que vos veem dirigidas, como a Juiz delegado para a execução dellas.//

Tendo-se porem verificado na minha real presença os grandes inconvenientes que se seguiriam da separação do dito districto de Entre Côa e Tavora, do bispado de Lamego, sou servido acordar o meu real beneplácito e regio auxilio ao dito breve de erecção para o effeito de que, ficando unido ao dito bispado de Lamego o sobredito districto de Entre Côa e Tavora, se haja de executar sómente quanto aos outros districtos separados do bispado de Vizeu, de Pinhel, de Trancoso e de Castello Mendo, e do de Lamego o districto de Riba Côa, os quaes ficarão constituindo o novo bispado de Pinhel; da mesma sorte que se praticou no anno de mil quinhentos quarenta e cinco na erecção do bispado de Miranda, para o qual sendo determinado entre outros pela bulla da erecção os districtos de

Chaves e de Montalegre, não teve nesta parte execução, conservando-se até o presente na jurisdição de Braga, donde se mandaram separar.

Escrepta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em dezoito de setembro de mil setecentos setenta e tres.//

El Rei

COLLECÇÃO DOS NEGOCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III,  
p. 269.